

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA

ÉRICA BERNARDES DE SOUZA

PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: EVIDÊNCIAS
PARA O BRASIL

PASSO FUNDO

2017

ÉRICA BERNARDES DE SOUZA

**PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: EVIDÊNCIAS
PARA O BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Luís Antônio Sleimann Bertussi

PASSO FUNDO

2017

ÉRICA BERNARDES DE SOUZA

**PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: EVIDÊNCIAS
PARA O BRASIL**

Monografia aprovada em 02 de dezembro de 2017, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas no curso de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Ms. Luís Antônio Sleimann Bertussi
UPF – Orientador

Prof. Ms. Clóvis Tadeu Alves
UPF

Prof. Dr. André da Silva Pereira
UPF

PASSO FUNDO

2017

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, pelo conhecimento e
tempo despendido para realização deste
trabalho.

Aos professores do curso, pelo aprendizado.

RESUMO

SOUZA, Érica Bernardes de. **Processo de reprimarização da pauta exportadora: evidências para o Brasil**. Passo Fundo, 2017. 62 f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2017.

O presente trabalho tem como objetivo identificar as mudanças ocorridas na estrutura produtiva dos setores exportadores da economia brasileira, a fim de investigar se o país vem passando por um processo de reprimarização em sua pauta exportadora. Para realização do estudo, utilizou-se uma pesquisa realizada no nível descritivo, cuja estratégia foi o levantamento de dados secundários. As fontes dos dados utilizados foram do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, *UN Comtrade* e *World Trade Organization* – WTO, referente ao período de 1996 a 2016. A abordagem utilizada para realização do estudo foi a quantitativa, utilizando-se a técnica da estatística descritiva simples e o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR). Os resultados foram organizados em temas, sendo a análise da balança comercial brasileira, a representatividade de produtos na pauta exportadora. Os resultados indicam que no período analisado ocorreu um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira em virtude da trajetória crescente da participação de produtos primários nas exportações do país, conseqüentemente, houve uma redução significativa na atuação dos manufaturados. Conclui-se, portanto, que o Brasil passou por uma reversão em sua pauta exportadora, principalmente após 2010, quando as *commodities* aumentaram, efetivamente, sua participação com relação aos industrializados.

Palavras-chave: Reprimarização. Exportações brasileiras. Vantagem comparativa.

ABSTRACT

SOUZA, Érica Bernardes de. **Processo de reprimarização da pauta exportadora: evidências para o Brasil**. Passo Fundo, 2017. 62 f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2017.

The objective of this project is to identify the changes that took place in the productive structure of the exporting sectors of the Brazilian economy, in order to investigate if the country has been going through a reprimarization process in its export product mix. In order to perform this study, a descriptive level research was used, whose strategy was a secondary data collection. The sources of the collected data were Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, UN Comtrade e World Trade Organization – WTO, for the period of 1996 to 2016. A quantitative approach was used, using the technique of simple descriptive statistics and the Revealed Comparative Advantage Index (RCAI). The results were organized by subjects, the analysis of the Brazilian Trade Balance, the representativeness of products in the export product mix. The results indicate that a reprimarization process took place in the Brazilian export product mix due to a growing trajectory of the participation of primary products in the exports of the country, consequently, there was a significant reduction in the performance of manufactured goods. Therefore, one can conclude that Brazil has gone through a significant reversal in its export product mix, mainly after 2010, when commodities increased, effectively, their participation in relation to manufactured goods.

Keywords: Reprimarization. Brazilian exports. Comparative advantage.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações e importações chinesas 1996-2016 (US\$ trilhões)	22
Gráfico 2 – Participação do Brasil nas exportações mundiais 1996-2016 (%)	33
Gráfico 3 – Balança comercial brasileira 1996-2016 (US\$ bilhões FOB)	34
Gráfico 4 – Variação anual das exportações e importações brasileiras 1996-2016 (%)	36
Gráfico 5 – Exportações brasileiras por fator agregado 1996-2016 (US\$ bilhões FOB)	38
Gráfico 6 – Participação por fator agregado nas exportações brasileiras 1996-2016 (%)	39
Gráfico 7 – Participação de produtos selecionados no total das exportações de básicos 1996-2016 (%)	41
Gráfico 8 – Participação de produtos selecionados no total das exportações de semimanufaturados 1996-2016 (%)	43
Gráfico 9 – Participação de produtos selecionados no total das exportações de manufaturados 1996-2016 (%)	45
Gráfico 10 – Participação nas exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (%)	47
Gráfico 11 – Exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (US\$ bilhões FOB)	48
Gráfico 12 – Importações brasileiras segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (US\$ bilhões FOB)	49
Gráfico 13 – Saldo comercial da balança de produtos segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (US\$ bilhões FOB)	50
Gráfico 14 – Destino das exportações brasileiras para países selecionados 1996-2016 (US\$ bilhões)	51
Gráfico 15 – Participação de países selecionados no destino das exportações brasileiras 1996-2016 (%)	53
Gráfico 16 – Participação das exportações do Brasil para China por fator agregado 1996-2016 (%)	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média da participação nas exportações brasileiras por fator agregado 1950-1999 (%).....	15
Tabela 2 – Índice de vantagem comparativa revelada para produtos selecionados do setor de básicos 1996-2016.....	42
Tabela 3 – Índice de vantagem comparativa revelada para produtos selecionados do setor de semimanufaturados 1996-2016.....	44
Tabela 4 – Índice de vantagem comparativa revelada para produtos selecionados do setor de manufaturados 1996-2016.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CINI – Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas

ISIC – *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*

IVCR – Índice de Vantagem Comparativa Revelada

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NCIT – Não Classificados na Indústria de Transformação

NCOI – Não Classificados em Outro Código ISIC

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

SH – Sistema Harmonizado

WTO – *World Trade Organization*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
1.3	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	CRESCIMENTO ECONÔMICO E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	14
2.2	DOENÇA HOLANDESA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO	18
2.3	O FENÔMENO DA REPRIMARIZAÇÃO.....	21
2.4	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.2	VARIÁVEIS DO ESTUDO OU CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	29
3.3	PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	31
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	31
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
4.1	EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	33
4.2	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO	37
4.3	ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA	40
4.3.1	Produtos básicos	40
4.3.2	Produtos semimanufaturados.....	42
4.3.3	Produtos manufaturados	44
4.4	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA ...	46
4.5	PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, tinha-se que o Brasil era um país agroexportador, em razão de características favoráveis ao desenvolvimento do agronegócio, como fatores climáticos e extensão territorial. Dado esse cenário, as tentativas de promoção à indústria brasileira foram falhas e freadas no início do século XXI, em virtude do contexto internacional de alta dos preços das *commodities* e crise mundial de 2008. As bases históricas produtivas do país voltadas ao agronegócio foram determinantes para que o Brasil, em razão do ambiente externo favorável à exportação de produtos primários, alavancasse a venda destes bens no mercado externo em relação a de produtos manufaturados.

A partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC sobre as exportações brasileiras por fator agregado, é possível ter um entendimento do atual cenário das exportações do país. Analisando as informações fornecidas, verifica-se que as exportações de produtos básicos, entre 2010 e 2016, representaram uma participação média de 46%, os semimanufaturados 13% e os manufaturados 37%. Portanto, os dados mostram que as exportações de produtos primários intensificaram sua participação na pauta exportadora do país.

A especialização do Brasil na produção de bens primários gera o aumento da exportação destes produtos (SILVA, 2014) e, conseqüentemente, redução na participação de manufaturados na pauta exportadora do país. A entrada de divisas provenientes de produtos intensivos em recursos naturais, por sua vez, resulta na expansão da importação de bens industrializados, antes produzidos internamente, causando uma apreciação cambial, que torna as exportações mais caras e reduz o investimento nos setores intensivos em tecnologia (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013). Assim, a valorização cambial encarece os bens industrializados produzidos no país. Neste contexto, o país gera divisas apenas por meio da exportação de produtos primários e não de produtos mais competitivos e com maior valor agregado (CARVALHO; CARVALHO, 2011). Os setores industriais veem sua competitividade ser reduzida frente ao mercado doméstico e ao comércio internacional (SILVA, 2014).

Uma maneira de aferir o nível de competitividade de um determinado país é por meio do Relatório de Competitividade Global, ou *The Global Competitiveness Report*, do Fórum Econômico Mundial, que busca identificar fatores determinantes ao crescimento e desenvolvimento dos países. O nível de competitividade é uma representação da eficiência de alocação de recursos e de alcançar o crescimento econômico de uma nação. Neste sentido, a

infraestrutura de um país está entre os determinantes para o progresso de suas atividades econômicas (DÁVILA-FERNÁNDEZ, 2015).

Ainda, o Relatório de Competitividade Global, do Fórum Econômico Mundial, de 2016-2017 mostra que, em decorrência de negativos choques externos no comércio e da turbulência política enfrentada, o Brasil ocupa o 81º lugar entre 138 economias. O relatório apresenta que, no pilar infraestrutura, o país se encontra atualmente na 72ª posição. Vale dizer que, de acordo com Dávila-Fernández (2015), o investimento em infraestrutura compõe uma variável importante para promover a competitividade da indústria. Para o autor, um país que possui uma infraestrutura solidificada tende a promover o desenvolvimento de setores que não possuem vantagens no comércio exterior. O pilar de tamanho de mercado evidencia que, em termos de exportações na porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil ocupa o 128º lugar. Portanto, o baixo desempenho do setor de infraestrutura, somado à perda de produtividade na atividade industrial, pode explicar a atuação do Brasil no mercado internacional. Estes fatores demonstram a magnitude dos desafios de competitividade e a perda de produtividade enfrentados pelo país.

De acordo com Delgado (2010), esse movimento de inserção do país no mercado internacional a partir da exportação acentuada de primários e redução de manufaturados, traz ao país o problema da dependência de fatores externos. Neste contexto, o país passa a depender de fatores externos para garantir um bom desempenho de sua pauta exportadora. Isso significa, por exemplo, que, se houver uma desaceleração da economia mundial e da China, principal comprador dos produtos brasileiros, podem ocorrer implicações macroeconômicas para o país.

Para Silva (2014), o desempenho da pauta exportadora brasileira voltada a bens primários é resultado tanto da apreciação cambial quanto da maldição dos recursos naturais. Desta maneira, as mudanças estruturais ocorridas na pauta exportadora do país nos últimos anos trazem à tona o debate acerca de uma possível reprimarização da pauta exportadora brasileira. Torna-se essencial, para um melhor entendimento, explicar alguns determinantes para a ocorrência desse processo e os efeitos estimulados por ele na economia brasileira.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por um processo de mudança na composição produtiva de sua pauta exportadora a caminho de uma reprimarização. Com um ambiente favorável às exportações em virtude do aumento do comércio internacional e da demanda externa (MEYER; PAULA, 2009), o Brasil expandiu a venda externa de produtos primários.

Neste contexto, para Gonçalves (2001), a inserção do país no mercado internacional deve-se ao aumento da competitividade dos produtos agrícolas brasileiros em decorrência da melhoria dos preços das *commodities* exportadas pelo país. Para o autor, a problemática em torno desse cenário é que, quando a competitividade internacional aumenta por meio da exportação de primários, aumenta, também, a incerteza quanto ao futuro da balança comercial do país por conta da alta volatilidade dos preços desses produtos no comércio internacional.

Acontece que, enquanto o Brasil se especializa na produção de *commodities*, a desaceleração da economia global se dá por meio de uma produção baseada em bens intensivos em tecnologia e alto valor agregado (FAVERI; RESENDE; CÁRIO, 2016). Portanto, neste ambiente de desaceleração, as exportações brasileiras podem vir a cair e, com isso, a participação do país no comércio internacional tende a regredir.

Embora o Brasil tenha aumentado consideravelmente sua participação no comércio internacional, sua atuação em termos de mercado global ainda é discreta. Isso porque a participação média do país nas exportações mundiais, de acordo com dados do *World Trade Organization*, entre 1996 e 2016, foi de apenas 1,12%, um valor muito pequeno. Esta parcela no comércio exterior está assegurada principalmente pelo aumento das exportações de produtos primários e redução dos manufaturados. No entanto, dado o cenário de desaceleração do comércio internacional, o Brasil tem visto sua participação ser reduzida. O movimento de regressão no ambiente global ocorre em virtude das mudanças estruturais de sua pauta exportadora voltadas aos benefícios naturais do país, ou seja, como produtor de *commodities* (HIDALGO; FEISTEL, 2013).

Diante deste cenário, o presente estudo é justificado pela importância de uma discussão acerca dessas mudanças ocorridas na economia brasileira ao verificar-se que o país tem elevado suas exportações de produtos primários e reduzido as de manufaturados. Portanto, uma análise mais aprofundada em torno da balança comercial brasileira e dos produtos exportados pelo país nos últimos vinte anos nos ajuda a entender a atual conjuntura do comércio exterior do Brasil. Assim, questiona-se: dado o ambiente macroeconômico da economia mundial e possíveis impactos na economia brasileira, quais as mudanças podem ser evidenciadas na pauta exportadora do país?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos estão definidos por intermédio da distinção entre objetivo geral e objetivos específicos. A partir do objetivo geral, é possível seccionar os objetivos específicos do estudo

a fim de contribuir para a elaboração e desenvolvimento do mesmo. Para uma melhor definição, esta seção destina-se a apresentar quais os objetivos do presente trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo principal do presente trabalho é investigar a ocorrência do processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira durante o período de 1996 a 2016.

1.2.2 Objetivos específicos

De um modo específico, os objetivos deste estudo são:

- a) analisar a evolução da balança comercial brasileira no período de 1996 a 2016;
- b) descrever a representatividade dos produtos, segundo fator agregado e intensidade tecnológica, na pauta exportadora;
- c) identificar se existe vantagem comparativa em produtos selecionados, classificados por fator agregado, por meio do cálculo do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR);
- d) identificar elementos que evidenciem o processo de reprimarização.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Por fim, este estudo é composto pela presente introdução, além de uma revisão de literatura, que irá abordar conceitos e determinantes para o processo de reprimarização. Em seguida, será explanada a metodologia utilizada para realização da pesquisa, para, então, serem apresentados os resultados obtidos e uma discussão acerca deles. Por fim, serão feitas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente revisão de literatura tem como objetivo realizar uma discussão teórica e conceitual acerca do tema estudado, neste sentido, esta seção está dividida da seguinte maneira: primeiramente, será realizada uma discussão em torno do processo de industrialização da economia brasileira e sua importância para o crescimento econômico (2.1); posteriormente, uma contextualização a respeito da desindustrialização e da doença holandesa (2.2); outra etapa é voltada para a apresentação de conceitos e determinantes ao processo de reprimarização das exportações brasileiras (2.3); por fim, serão expostas algumas evidências empíricas já encontradas por diferentes autores sobre o tema (2.4).

2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Segundo Vieira (1996), os anos 50 e fim dos 70 foram marcados pela exportação de produtos agrícolas do país, quando, de acordo com Gonçalves (2011), o Brasil era considerado um país primário-exportador. Contudo, os anos posteriores tiveram como fato marcante a expansão da exportação de produtos manufaturados pela indústria brasileira (BURLE, 1990). As políticas de promoção às exportações e os incentivos à venda externa de produtos com maior valor agregado favoreceram os bens manufaturados, alterando a pauta exportadora do país (VIEIRA, 1996).

Para Chiarini e Silva (2016), a partir dos anos 80, o crescimento do país foi sustentado pela forte participação e diversificação da indústria brasileira. Desta forma, a industrialização das exportações brasileiras e forte alteração do perfil de agregação de valor (GONÇALVES, 2011) foram resultados do crescimento da indústria durante o período, assim como, das políticas econômicas voltadas ao comércio exterior (BATISTA; SANTOS, 2007).

De acordo com Nassif (2008), a década de 80 apresentava fortes indícios de consolidação da estrutura industrial do país, devido à evolução e modernização de diferentes setores de produção de bens industrializados. O autor complementa que a consolidação da indústria é fruto da queda expressiva de produtos agrícolas em detrimento de produtos originários da indústria de transformação.

Neste sentido, a Tabela 1 apresenta os dados referentes à participação média das exportações brasileiras, segundo fator agregado, durante metade do século XX, e mostra que, enquanto as exportações de produtos básicos dominavam a pauta exportadora entre 1950 e

1979, foi na década de 80 que a venda de manufaturados passou a ter uma larga participação nas exportações brasileiras. Tem-se, portanto, que as décadas de 80 e 90 foram marcadas pelo aumento de produtos manufaturados e semimanufaturados e pela queda dos produtos básicos na pauta exportadora brasileira (BASTOS; GOMES, 2011). Resultando, então, a partir da metade dos anos 80, numa “significativa mudança na evolução da estrutura produtiva brasileira” (NASSIF, 2008, p. 83).

Tabela 1 – Média da participação nas exportações brasileiras por fator agregado 1950-1999 (%)

Período	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1950-1959	90,52	8,41	1,07
1960-1969	81,87	10,64	7,19
1970-1979	59,84	9,85	28,05
1980-1989	34,46	11,20	53,21
1990-1999	25,57	16,33	56,62

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Os anos 80 tiveram como acontecimento importante a adoção de medidas político-econômicas a fim de promover a liberalização comercial do país e, assim, tornar mais competitiva a economia brasileira (HIDALGO; FEISTEL, 2013). No entanto, foi após esse período que, de acordo com Nassif (2008) e Faveri, Resende e Cário (2016), a indústria brasileira perdeu dinamismo frente ao comércio internacional, sofrendo, também, mudanças significativas na matriz industrial do país. Ou seja, para Nassif (2008), a partir do processo de liberalização comercial, a indústria de transformação do país passou a desvalorizar-se significativamente frente ao comércio mundial. Neste sentido, de acordo com Chiarini e Silva (2016), a partir de 1990, a competitividade da indústria brasileira nas exportações diminuiu como uma consequência do barateamento das importações, que foi impulsionado pela abertura comercial e pela valorização da taxa de câmbio no país.

Como complemento, Gonçalves (2001) evidencia que essa perda também é resultado de condições não favoráveis de oferta de produtos industriais brasileiros no contexto internacional, uma vez que a rentabilidade das exportações depende de fatores como o investimento e câmbio, que esteve apreciado entre 1994 e 1998. O autor constata que a regressão da inserção do Brasil no comércio internacional é tida como reflexo da perda de mercado dos produtos manufaturados brasileiros e da reprimarização de sua pauta exportadora.

Esse período de perda da importância da indústria no país é configurado como o *catching-up* e *falling behind* da estrutura industrial do país, como apontam Faveri, Resende e

Cário (2016). Segundo Arend e Fonseca (2012), o *catching up* é o processo que ocorre quando um país tenta se igualar a países já desenvolvidos e, o *falling behind* se manifesta quando esse país perde dinamismo no processo de desenvolvimento. No caso do Brasil, Arend e Fonseca (2012) destacam que, “a partir dos anos 1980, a evolução da estrutura industrial brasileira apresentou um retrocesso em relação ao seu desempenho anterior. Em vez da continuidade do *catching up*, um processo de *falling behind* marcou a trajetória da indústria brasileira nas últimas décadas” (p. 44).

A industrialização da economia brasileira no século XX era observada como uma variável de suma importância para o crescimento do país, uma vez que, de acordo com Cunha et al. (2012), não se acreditava que era possível sustentar, em questão de crescimento da economia brasileira, o perfil primário-exportador adotado durante muitos anos pelo Brasil. Portanto, para os autores, a especialização de uma produção baseada em recursos naturais não seria capaz de gerar renda e emprego para o país.

Como apontado por Carvalho e Carvalho (2011), a industrialização “é condição necessária, mas não suficiente para que uma economia subdesenvolvida alcance o padrão de desenvolvimento das economias desenvolvidas” (p. 41). Ou seja, para o país se desenvolver, é preciso, primeiramente, amadurecer a sua cadeia produtiva industrial para, então, obter ganhos internacionais por meio da exportação de produtos industrializados (CUNHA; LÉLIS; FLIGENSPAN, 2013). Sonaglio (2011) aponta a importância do setor industrial no processo de desenvolvimento no sentido de que este

é defendido como um importante agente de difusão tecnológica, e responsável por gerar economias externas e efeitos de encadeamento sobre os demais setores da economia. Alterações na pauta de exportações – no sentido de minimizar a participação deste setor – trarão efeitos negativos sobre a dinâmica econômica e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento (SONAGLIO, 2011, p. 62).

Chiarini e Silva (2016) enfatizam que, quanto maior for a participação de produtos intensivos em tecnologia, maior será a inserção do país no comércio internacional em virtude de que estes produtos possuem maior agregação de valor. Neste contexto, Veríssimo e Xavier (2013) apontam que, os países que possuem um perfil exportador com produtos de maior conteúdo tecnológico têm conseguido estimular maiores taxas de crescimento se comparado a outros países. Caso contrário, se a indústria nacional perde participação no país, logo, sua inserção no mercado internacional será afetada (CHIARINI; SILVA, 2016). Outro ponto importante para a inserção de uma economia no comércio internacional é o grau de investimento de um país, tanto interno quanto externo, como argumentam Bittencourt e Campos (2014). Para

os autores, investimentos em infraestrutura e tecnologia exercem um papel importante no desempenho dos setores exportadores dos países.

Como complemento à discussão acerca da industrialização no Brasil, Marconi e Rocha (2012) apontam que, o atual crescimento de economias emergentes resulta da intensa participação de setores produtores de bens com maior valor agregado. Consentindo com estes autores, Cano (2012) acrescenta que, não há indícios de países que se desenvolveram desprezando o processo de industrialização, visto que este “tem de avançar e crescer mais que os outros setores, aumentar a produtividade, alterar sua estrutura – no sentido de implantar os compartimentos de bens de capital e intermediários, contribuindo, assim, para a diversificação da pauta exportadora” (p. 832).

Entretanto, de acordo com Cunha et al. (2012), há divergências quanto à mensuração do desenvolvimento de países associados à produção de bens primários. Ou seja, para os autores “há dificuldades de precisar em que medida os países não conseguem crescer porque dependem excessivamente dos recursos naturais ou, ao contrário, se essa dependência se originaria do baixo crescimento” (p. 49). Neste contexto, Cano (2012) demonstra que não foi apenas o Brasil que passou por um processo de industrialização e explana que

muitos países subdesenvolvidos também instauraram processos de industrialização em seus territórios. Poucos, entretanto, conseguiram ultrapassar, com alguma expressão, a produção de bens não duráveis de consumo e a do simples beneficiamento industrial de produtos primários. Mesmo na América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo e, deles, somente o Brasil avançou na montagem parcial do setor de bens de capital (CANO, 2012, p. 833).

A literatura aponta que a indústria tem grande importância no processo de desenvolvimento econômico, correspondendo, de acordo com Carvalho e Carvalho (2011), como o setor produtivo que desempenha o papel mais importante no capitalismo industrial. Segundo Marconi e Rocha (2012), os estágios iniciais do processo de desenvolvimento exigem uma maior participação de produtos industrializados em detrimento de produtos agrícolas, porém, como elucida Cano (2012), essa redução na participação de setores agrícolas no processo deve ser apenas relativa, uma vez que a urbanização irá exigir que esse setor aumente e se modernize com o tempo.

2.2 DOENÇA HOLANDESA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O debate acerca da desindustrialização da economia brasileira é recorrente devido à redução da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e por conta do aumento das exportações de bens primários e das importações de produtos manufaturados (SILVA, 2014). Sonaglio (2011) aborda a desindustrialização como um movimento natural do processo de desenvolvimento econômico, que se evidencia com a perda da importância do setor industrial para o de serviços, no sentido de redução de emprego e de oferta. Desta forma, a autora explica que os países de baixa renda, num processo de desenvolvimento, tendem a transferir a produção de bens primários para a indústria e, posteriormente, para o setor de serviços. Silva (2014) concorda com tal constatação e fundamenta que

o desenvolvimento econômico é inerente à desindustrialização, podendo ser dividido em três fases, cada uma liderada por setores distintos. Na primeira fase, o setor primário toma as rédeas do crescimento, mas conforme sua produtividade aumenta o setor industrial tende a ganhar destaque, aumentando sua participação na renda em relação ao setor primário e terciário (segunda fase); na terceira fase do desenvolvimento o setor terciário ganha destaque, dando suporte à indústria e aumentando sua participação na renda, dado que em algum momento a participação dos serviços supera a participação da indústria no PIB (SILVA, 2014, p. 48).

O autor define como terceira fase o que se entende como desindustrialização. Contudo, para que isso ocorra, inicialmente, é preciso que o país já possua uma indústria consolidada, ou seja, que a sua estrutura produtiva já possua níveis de produtividade crescentes, assim como já seja diversificada e moderna, igualando-se à mantida por países já desenvolvidos (SONAGLIO, 2011; SILVA, 2014).

Para alguns autores, a desindustrialização, neste contexto, não é algo negativo, sendo considerada como “desindustrialização natural” (SILVA, 2014), uma vez que constitui o processo de crescimento econômico do país a longo prazo (NASSIF, 2008). Isso ocorre quando a indústria cresce em índices menores que o setor de serviços, mas, mesmo assim, mantém seus investimentos e uma alta produtividade (PEROBELLI; BASTOS; OLIVEIRA, 2017). No entanto, para Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização pode ser resultado da doença holandesa, isto é,

se a desindustrialização vier acompanhada de uma “re-primarização” da pauta de exportações, ou seja, por um processo de reversão da pauta exportadora na direção de *commodities*, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico; então isso pode ser sintoma da ocorrência de “doença holandesa” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 222).

Em síntese, quando o setor industrial de um país não atinge níveis já alcançados por países desenvolvidos, pode vir ocorrer a “desindustrialização precoce” compreendida como a desindustrialização que acontece “antes que sua estrutura produtiva esteja modernizada e diversificada, de modo que a renda per capita ainda não tenha alcançado níveis satisfatórios” (SILVA, 2014, p. 48). Isso significa que, em seu sentido negativo, a desindustrialização é aquela que atinge os países subdesenvolvidos precocemente, reduzindo a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) daqueles países, ocasionando a perda da produtividade e redução de investimentos, o que resulta na contração das exportações de bens manufaturados (PEROBELLI; BASTOS; OLIVEIRA, 2017). Neste contexto, Oreiro e Feijó (2010) afirmam que

a desindustrialização causada pela “doença holandesa” é também denominada de “desindustrialização precoce”; uma vez que a mesma se iniciaria a um nível de renda per capita inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos iniciaram o seu processo de desindustrialização. Sendo assim, os países afetados pela “doença holandesa” iniciam o seu processo de desindustrialização sem terem alcançado o “ponto de maturidade” de suas respectivas estruturas industriais e, portanto, sem ter esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento econômico que são permitidas pelo processo de industrialização (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 223).

Faveri, Resende e Cário (2016) sintetizam tais constatações, mencionando duas situações em que pode ocorrer a doença holandesa. Para os autores, a primeira delas ocorre quando os países nunca se industrializaram devido ao alto volume exportado de produtos intensivos em recursos naturais. A outra é verificada, de acordo com eles, quando os países conseguiram se industrializar por algum determinado período, porém, posteriormente se desindustrializaram. Portanto, a doença holandesa pode ser resultado do aumento demasiado das exportações de produtos primários (PEROBELLI; BASTOS; OLIVEIRA, 2017) em virtude da abundância de recursos naturais nos países afetados por essa adversidade (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Em resumo, os países caracterizados pela abundância de recursos naturais apresentam vantagens comparativas na produção destes bens e, então, se especializam na produção deles (FAVERI; RESENDE; CÁRIO, 2016).

A expressão doença holandesa teve origem em um processo de desindustrialização ocorrida na economia da Holanda na década de 70, momento em que houve redução na exportação de produtos industrializados em detrimento de produtos primários, resultado da descoberta de recursos naturais no país, mais precisamente de reservas de gás natural (CARVALHO; CARVALHO, 2011). De acordo com Benetti (2006), anteriormente à descoberta desses recursos naturais na Holanda, as exportações de produtos industrializados

eram responsáveis pelo superávit da balança comercial do país, no entanto, a entrada de divisas associadas aos excedentes gerados pelas exportações tivera como consequências a apreciação da moeda nacional e a perda de competitividade da indústria.

No Brasil, Silva (2014) aponta que, a doença holandesa ocorreu, também, em virtude de políticas macroeconômicas adotadas nos anos 90, voltadas à abertura comercial do país. Hidalgo e Feistel (2013) avaliam que, a adoção de medidas de liberalização comercial tinha como propósito a melhoria da eficiência da economia brasileira a fim de torná-la mais competitiva no mercado internacional. Os autores explicam que a abertura da economia brasileira tinha como objetivo promover mudanças relacionadas ao seu passado e inserir o país na globalização, onde as atividades menos competitivas teriam de ser substituídas por atividades mais produtivas.

O fenômeno foi registrado no Brasil e em outros países em desenvolvimento da América Latina, como esclarecem Perobelli, Bastos e Oliveira (2017). Os autores justificam que a doença surgiu, também, por conta da liberalização comercial, modificando o processo substitutivo de importações e fazendo com que “esses países voltassem às suas posições ‘ricardianas’ naturais antes de atingirem uma forma mais madura de industrialização” (PEROBELLI; BASTOS; OLIVEIRA, 2017, p. 129).

Benetti (2006) mostra que o objetivo da adoção do processo de substituição de importações adotado nos países latino-americanos era gerar superávits na balança comercial da indústria, mas que foi deixado de lado em virtude das situações que esses países vivenciavam diante da crise internacional dos anos 80. A autora considera que “a tendência ao aumento da importância relativa dos superávits comerciais de produtos primários na balança de mercadorias seria consequência de processos de industrialização interrompidos, portanto, inacabados” (BENETTI, 2006, p. 77).

A ocorrência de doença holandesa no Brasil, contudo, se dá principalmente pelo país possuir vantagens comparativas na produção de *commodities*. Isso ocorre em razão da apreciação da taxa de câmbio devido ao crescente volume das exportações de bens primários. Como resultado, prejudica as exportações de manufaturados, assim como aumenta o saldo da balança comercial de bens primários e reduz a dos bens manufaturados (SILVA, 2014). Oreiro e Feijó (2010) resumem esse cenário reconhecendo que

a abundância de recursos naturais pode induzir a uma redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado por intermédio da apreciação cambial, a qual resulta em perda de competitividade da indústria e déficit comercial crescente da mesma. Em outras palavras, a desindustrialização causada pela “doença holandesa”

está associada a déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais (crescentes) no setor não industrial (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 223).

Diante destes apontamentos, Silva (2014) esclarece, no entanto, que, mesmo com o câmbio valorizado no país, as exportações de primários cresceram em um ritmo mais acelerado que as de manufaturados, que não conseguiram acompanhar o mesmo progresso. Estas evidências, sinalizam, portanto, para um processo de reprimarização da pauta exportadora do país.

2.3 O FENÔMENO DA REPRIMARIZAÇÃO

O aumento da demanda externa, um ambiente favorável às exportações de bens primários, a apreciação da taxa de câmbio no país e o aumento dos preços internacionais das *commodities* (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013) resultaram na crescente evolução das exportações brasileiras no início dos anos 2000 (MEYER; PAULA, 2009; YAMANE et al., 2017). Isso propiciou a expansão das exportações de bens intensivos em recursos naturais pelo país, afetando então, sua pauta exportadora (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013). Esses fatores sinalizaram para um fenômeno que pode estar ocorrendo na economia brasileira: a reprimarização da pauta exportadora do país. O termo é utilizado para reportar a um período em que o país retorna à sua fase histórica, quando exportava mais produtos primários com relação aos manufaturados (CARVALHO; CARVALHO, 2011).

Meyer e Paula (2009) demonstram que o aumento das exportações brasileiras na década de 2000 foi, em parte, sustentado pelo crescimento da economia mundial, com taxas significantes e que resultaram em um aumento do comércio internacional, e, também, pelo bom desempenho das empresas brasileiras frente à demanda externa, expandindo suas capacidades produtivas. Os autores evidenciam que o aumento das exportações mundiais, na década, implicou na elevação dos preços de diversos produtos exportados pelo país, principalmente *commodities*, e que “este novo cenário teve o efeito de um choque externo positivo, elevando a demanda pelas exportações brasileiras e os preços dos nossos produtos exportados” (MEYER; PAULA, 2009, p. 188).

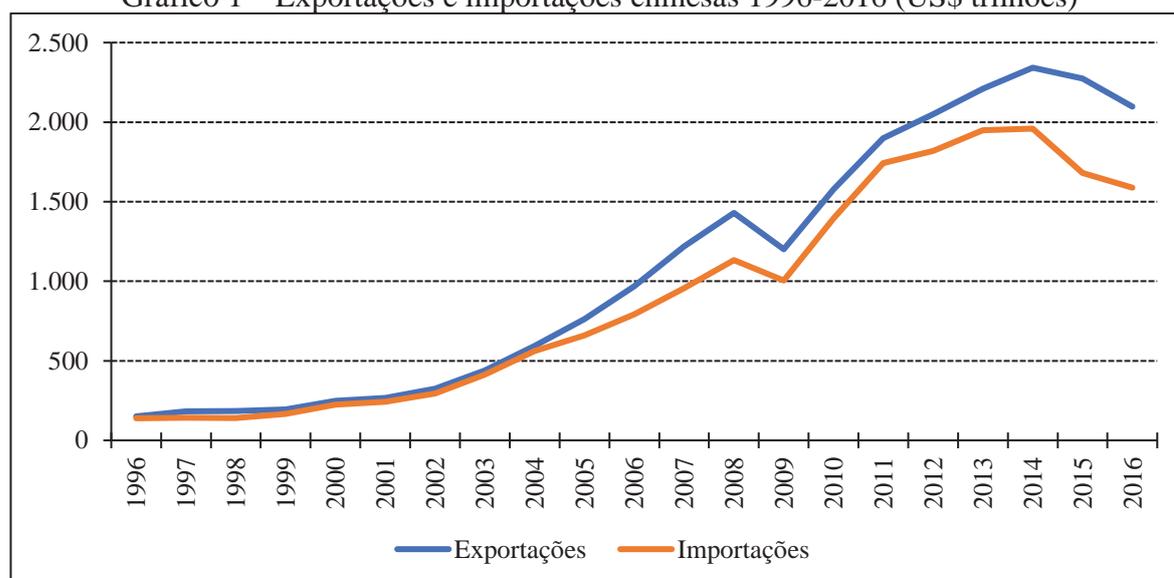
A crescente alta das exportações mundiais nas últimas décadas pode ser vista como resultado de uma maior demanda de países em desenvolvimento no comércio internacional. Exemplo disso é o crescimento acelerado da economia chinesa e o seu processo de urbanização, que resultou em um aumento na demanda externa por alimentos e fez com que o país se tornasse um dos maiores importadores de produtos agrícolas nos últimos anos (FEISTEL; HIDALGO;

ZUCHETTO, 2015). Ou seja, o crescimento populacional da economia chinesa estimulou a compra externa tanto de alimentos quanto de outras *commodities* (PRATES; MARÇAL, 2008) ao mesmo tempo que o país aumentou suas escalas produtivas industriais (HIRATUKA; SARTI, 2017). Neste sentido, a importação de bens intensivos em recursos naturais pela China é muito importante para que o país consiga sustentar sua produção industrial (FEISTEL; HIDALGO; ZUCHETTO, 2015). O resultado desse elevado desenvolvimento da economia chinesa foi o posicionamento da mesma no mercado internacional, onde se destacou como grande produtora de manufaturados e demandante de matérias-primas (HIRATUKA; SARTI, 2017). Para Silva (2014), a consequência de a China ter se posicionado dessa maneira no comércio mundial foi de que o país

tornou-se o principal *player* mundial e determinante dos preços internacionais. Dado que a China possui um mercado interno relativamente grande e custo de produção relativamente baixo, praticamente tudo que a China exporta e importa, os preços internacionais destes produtos são reduzidos e aumentados, respectivamente (SILVA, 2014, p. 57).

Neste sentido, o Gráfico 1 sintetiza as informações anteriormente expostas ao mostrar a evolução das exportações e importações chinesas entre 1996 e 2016. É possível verificar que houve um aumento contínuo de ambas as operações do comércio exterior do país, salvo o ano de 2009, resultado da crise de 2008.

Gráfico 1 – Exportações e importações chinesas 1996-2016 (US\$ trilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do UN Comtrade (2017).

Como apontado por Prates e Marçal (2008), o crescimento da economia mundial no início do século XXI, mais precisamente a partir de 2002, foi de suma importância para a

determinação dos níveis de preços internacionais das *commodities*. Os autores justificam, portanto, que “os períodos de expansão são, em geral, acompanhados por alta dos preços relativos desses bens, enquanto os de retração são acompanhados por declínio desses preços” (PRATES; MARÇAL, 2008, p. 165).

Para Delgado (2010), a alta dos preços das *commodities* já era algo visível quando analisado o crescimento da China no comércio exterior no começo do século XXI. Essa alta iniciada em meados de 2002 só foi freada com a eclosão da crise mundial de 2008 (CUNHA et al., 2012). Em síntese, o período compreendido de 2002 a 2009 foi marcado pelo aumento expressivo dos preços internacionais de *commodities*, muito associado ao impacto do crescimento acelerado da economia chinesa nos fluxos globais (YAMANE et al., 2017), o chamado efeito-China. No entanto, ocorre que, a mudança da estrutura produtiva nos setores exportadores do país a caminho da reprimarização deve-se, também, de acordo com Silva (2014), à relação inversa entre os preços internacionais das *commodities* e os preços dos manufaturados, no sentido que

enquanto a China alavanca os preços internacionais das principais *commodities*, a crise mundial desde 2008-09 reduz (ou aumenta menos) os preços dos manufaturados, o que provoca o aumento rápido da participação das exportações de produtos básicos nas exportações e a redução acentuada dos produtos manufaturados nas mesmas, sendo resultado do movimento de quantidades, mas principalmente de preços (SILVA, 2014, p. 69).

O resultado desse aumento significativo de preços teve um forte impacto na economia brasileira em termos de comércio internacional (DELGADO, 2010). O fato de o Brasil ser um país dotado de recursos naturais foi um estimulador para o aumento das relações comerciais com a China (FEISTEL; HIDALGO; ZUCHETTO, 2015). Esse cenário de aumento dos preços e incremento da China como importante demandante de *commodities* brasileiras ocorrem pelo motivo de que o país possui vantagens comparativas na produção de bens intensivos em recursos naturais (SOUZA; VERÍSSIMO, 2013) e, embora aumente o valor das exportações brasileiras, acaba ocasionando numa apreciação da moeda nacional (BASTOS; GOMES, 2011). De acordo com Faveri, Resende e Cário (2016), a valorização da taxa de câmbio, juntamente com o efeito-China, é a principal causa para o aumento das exportações do país de produtos básicos em comparação com os manufaturados.

No que diz respeito ao aumento das exportações de produtos primários, este tem tido grande importância na composição do saldo da balança comercial brasileira na década de 2000 (SOUZA; VERÍSSIMO, 2013), uma vez que os preços das *commodities* aumentaram sustentadamente em relação aos preços dos produtos industriais (SILVA, 2014), favorecendo

as exportações destes produtos em detrimento dos manufaturados. No entanto, vale dizer que, o aumento das exportações de *commodities* e a alta volatilidade desses bens podem resultar na instabilidade da balança comercial, visto que, os mesmos possuem menor valor agregado em comparação aos manufaturados (FAVERI; RESENDE; CÁRIO, 2016). Os autores acrescentam que produtos com maior valor agregado, os industrializados, tendem a ser menos voláteis que os primários, uma vez que bens industrializados possuem uma maior estabilidade de preços. Frente à especialização do Brasil na produção de bens primários, Veríssimo e Xavier (2013), afirmam que ela está em concordância com as causas da doença holandesa e que

as exportações de *commodities* são beneficiadas pelas vantagens ricardianas na produção de bens intensivos em recursos naturais, as quais são derivadas do diferencial de produtividade e do fato que os preços destes bens no mercado internacional são definidos pelo produtor menos eficiente admitido no mercado. Tais exportações podem ser estimuladas pela descoberta de uma nova fonte destes recursos ou por uma elevação dos preços destes bens no mercado internacional, implicando entrada de divisas no país, o que tende a promover uma apreciação da taxa de câmbio real (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013, p. 90).

A entrada de divisas no país abundante em recursos naturais promove uma expansão da atividade produtiva nesse setor per meio do deslocamento de seus recursos produtivos (capital e trabalho) e, conseqüentemente, fazendo com que as exportações desses produtos aumentem em comparação com os manufaturados (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013). Ainda segundo os autores, o país passa a importar bens industrializados, que antes eram produzidos em seu mercado doméstico, reduzindo a rentabilidade dos mesmos. Complementando os autores citados anteriormente, no que tange à apreciação cambial ocorrida no Brasil, Meyer e Paula (2009) sintetizam suas causas em virtude da doença holandesa, no sentido que

o aumento dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil foi determinante para impulsionar as vendas externas e, assim, provocar a apreciação cambial. Dessa forma, a valorização do Real reduz a competitividade dos bens industrializados, levando a uma reorientação da pauta no sentido da especialização em produtos intensivos em recursos naturais (MEYER; PAULA, 2009, p. 212).

Para Bittencourt e Campos (2014), a taxa de câmbio afeta tanto as exportações no curto prazo quanto o grau de investimento nestas atividades. Neste contexto de apreciação cambial, a estrutura industrial do país acaba sendo prejudicada (SONAGLIO, 2011; SILVA, 2014). Isso ocorre, em virtude de os produtos industrializados não terem seus preços fixados no mercado, como ocorre com a maioria das *commodities*, portanto, a concorrência por meio dos preços desempenha um papel importante no contexto de diferenciação destes produtos (PRATES;

MARÇAL, 2008). Veríssimo e Xavier (2012) explicam que a apreciação da taxa de câmbio afeta a competitividade, no âmbito externo, de produtos manufaturados intensivos em tecnologia e que não possuem vantagens “ricardianas”, como os bens provenientes de recursos naturais e, assim, precisam de uma taxa cambial mais competitiva no sentido de inserção ao mercado global. Para os autores, é reconhecida a necessidade de políticas cambiais para a manutenção de uma taxa competitiva a fim de estimular os investimentos nesses setores e nas exportações. Em síntese, a taxa de câmbio, entre outras variáveis já mencionadas anteriormente, é de suma relevância para o estabelecimento do comércio exterior brasileiro (MEYER; PAULA, 2009; SOUZA; VERÍSSIMO, 2013). Pelo lado do crescimento econômico, Veríssimo e Xavier (2013) apontam que, os países que adotaram uma taxa de câmbio como variável importante para promoção do mesmo obtiveram resultados positivos no crescimento de suas economias.

De acordo com as evidências expostas até aqui e, em concordância com Oreiro e Feijó (2010), o Brasil apresenta sinais não desprezíveis de alteração no padrão de especialização do país a caminho de uma produção baseada em bens intensivos em recursos naturais e, portanto, com baixo conteúdo tecnológico. No entanto, a consequência dessa mudança estrutural das exportações a caminho da especialização de primários é que, o Brasil passa a ficar dependente da demanda externa, principalmente do mercado chinês, para manter o bom desempenho das exportações de produtos primários (SOUZA; VERÍSSIMO, 2013), assim como, necessita da evolução dos preços internacionais para determinar o futuro do desempenho de suas exportações (PRATES; MARÇAL, 2008). Mais especificamente, pode-se aferir que, “se o Brasil continuar se especializando na produção de produtos primários, a desaceleração mais rápida do crescimento da China pode, como está ocorrendo, reduzir o crescimento do Brasil” (SILVA, 2014, p. 57).

Dado o exposto, pode-se resumir, segundo Gonçalves (2001), que a reprimarização da economia brasileira é vista sob dois aspectos: o primeiro é que ela surge em virtude da redução da competitividade internacional dos produtos industrializados brasileiros e aumento dos produtos primários exportados pelo país. O segundo indica que ela é ocasionada, também, a partir da modificação da estrutura exportadora do país, voltada a maior participação de produtos agrícolas e menor de produtos manufaturados.

2.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Até aqui, foi possível obter um entendimento com relação às mudanças desencadeadas na estrutura das exportações brasileiras a partir da exposição de conceitos e causas que podem resultar na reprimarização da pauta exportadora brasileira. Desta forma, a partir daqui, serão relatados alguns resultados obtidos em estudos realizados anteriormente acerca do assunto.

Cunha et al. (2012) são enfáticos ao afirmar que “houve ampliação da participação de produtos primários e manufaturados intensivos em recursos naturais na pauta exportadora brasileira” (p. 48). Isso porque, em estudo realizado pelos autores, houve a identificação desse fenômeno quando foram estudadas as exportações brasileiras por intensidade tecnológica. Para Cunha et al. (2012), o primeiro sintoma de que houve uma reprimarização da pauta exportadora é o de que os produtos primários, agrícolas e minerais, assim como, os produtos intensivos em recursos naturais, tiveram uma ampliação no total exportado pelo país entre 2002 e 2008. Os autores mostram que o Brasil e o mundo, primarizaram-se nesse período por conta da elevação dos preços das *commodities*. No entanto, o que pode ser observado no Brasil é que os produtos primários, que, em 2002, representavam menos da metade das exportações totais do país, passaram a representar mais de 60% no total exportado em 2009.

A análise da pauta exportadora de acordo com intensidade tecnológica mostra as exportações segundo o grau de tecnologia empregados para a produção de um bem. Neste sentido, Chiarini e Silva (2016) avaliam que, enquanto, em 1996, as exportações de produtos com baixa intensidade tecnológica representavam mais de 40% no total exportado, os produtos com alta intensidade tecnológica correspondiam a pouco mais de 5% nas exportações brasileiras. Já o ano de 2010 mostra um pequeno aumento das exportações de produtos de alto conteúdo tecnológico para pouco mais de 7%, alavancado, segundo os autores, principalmente, pela Embraer, fabricante de aviões. Porém, embora a empresa tenha aumentado suas exportações entre 2000 e 2010, a Vale, empresa mineradora, teve um aumento de dez vezes no período. Ou seja, o cenário internacional impulsionou as exportações de produtos básicos em um ritmo muito mais acelerado que os produtos mais intensivos em tecnologia. Chiarini e Silva (2016) complementam que, as principais empresas exportadoras do país, em 2010, eram de alimentos e mineração, e não de segmentos que empregam alta tecnologia em seus produtos.

Faveri, Resende e Cário (2016) atribuem o cenário da primarização das exportações em virtude da redução de bens de capital e bens de consumo durável entre 2000 e 2014 e reiteram que “a partir do *boom* dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, no início de

2002, as exportações de produtos básicos cresceram a taxas bastante elevadas” (p. 9). Para os autores, a alta dos preços internacionais de matérias-primas resultou em um aumento do volume exportado, principalmente de soja e minério de ferro. Ainda de acordo com os autores, enquanto no total exportado, no ano de 2000, os bens de capital representavam uma participação de 13% e os bens de consumo duráveis 4,33%, no ano de 2014, o cenário ficou diferente, registrando uma queda para 6% nas vendas de bens de capital e 2,41% de bens de consumo duráveis. Favéri, Resende e Cário (2016) concluem que

enquanto o setor de manufaturados segue em declínio, o setor intensivo em recursos naturais segue sua trajetória de destaque, principalmente a indústria da soja e do minério de ferro, que respondiam juntas ao final de 2014 por quase 33% de todas as divisas arrecadadas com comércio internacional no país (FAVERI; RESENDE; CÁRIO, 2016, p. 9).

Analisando as exportações segundo fator agregado, Benetti (2006) aponta que, os produtos básicos aumentaram sua participação no total exportado de mais de 20%, em 2001, para 30%, em 2005. A autora destaca que essa participação se assemelha à pauta de exportações do país dos anos 80, quando os produtos não manufaturados dominavam a pauta exportadora brasileira em relação aos manufaturados. Ressalta, ainda, que a economia do país se deslocou no sentido de exportar, basicamente, produtos sem nenhum grau de elaboração, as matérias-primas. Carvalho e Carvalho (2011), em seu estudo, também analisaram a pauta exportadora, utilizando a mesma classificação para um período mais longo. O que os autores constatam é que, enquanto os manufaturados caem de 60%, em 2000, para 37%, em 2011, os básicos, em 2011, aumentam sua participação para 46%. Portanto, segundo Carvalho e Carvalho (2011), esse movimento de queda de manufaturados e aumento de básicos sinalizam um processo de reprimarização na estrutura exportadora do país. Neste contexto, Gonçalves (2011) argumenta que

o incremento das exportações de produtos básicos apresentam tanto o aumento absoluto como proporcional configurando elevação da importância relativa, gerando o que se pode denominar reprimarização das exportações brasileiras com a presença cada vez mais determinante desses produtos na geração de divisas pela venda externa, crescendo mais que as mercadorias advindas da indústria (GONÇALVES, 2011, p. 6).

No que tange à balança comercial do país, Benetti (2006) acredita que, os saldos positivos da mesma podem ser explicados pela participação do agronegócio no total exportado. Tendo a mesma visão da autora, Carvalho e Carvalho (2011) complementam que, os superávits

observados na balança no século XXI são explicados pelas exportações tanto de *commodities* agrícolas quanto de produtos minerais. Meyer e Paula (2009) sintetizam que

a alta do preço de diversos produtos exportados pelo Brasil e o aumento das quantidades exportadas, associados ao crescimento da economia mundial, podem constituir fatores explicativos para o resultado positivo do saldo comercial no período de 2002-2006. Portanto, a perda de competitividade das exportações brasileiras advindas da apreciação cambial, parece ter sido mais que compensada por estes fatores (MEYER; PAULA, 2009, p. 192).

Vale mencionar, também, que a reprimarização da pauta exportadora do país alterou significativamente o destino das exportações brasileiras. Isto é, Feistel, Hidalgo e Zuchetto (2015) constatam que, houve uma primarização das exportações brasileiras para a China, visto que, em 2009, as categorias de alimentos e bebidas e os produtos minerais representavam quase 80% do total importado pela economia chinesa, uma reversão no padrão de exportações para o país, uma vez que, no final dos anos 80, 70% do exportado para a China eram produtos manufaturados. Para os autores, o comércio entre Brasil e China foi alavancado em decorrência, principalmente das exportações de produtos primários, entre eles, a soja, que, atualmente, representa quase um terço do exportado para o país.

É possível identificar que os autores citados durante esta seção apontam para a redução dos produtos manufaturados em prol de produtos intensivos em recursos naturais e, sinalizando, como apontado por Silva (2014), para uma tendência de reprimarização das exportações brasileiras. Embora as manufaturas tenham tido uma melhora na participação das exportações totais do país (CHIARINI; SILVA, 2016), as exportações de produtos primários apresentam uma participação superior na pauta exportadora.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção tem como finalidade apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo. Assim, é fundamental a descrição e apresentação dos métodos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, esta seção irá apresentar as informações quanto ao delineamento da pesquisa, as variáveis de estudo, o procedimento e técnica de coleta de dados e a análise e interpretação dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No que se diz respeito a termos metodológicos, o caráter utilizado pelo estudo é o descritivo, que busca entender a relação existente entre diferentes variáveis. Quanto à abordagem utilizada, o estudo é classificado como quantitativo, uma vez que são utilizados métodos estatísticos. A abordagem quantitativa, de acordo com Prodanov e Freitas (2009), requer a utilização de recursos e técnicas estatísticas, que procuram traduzir, em números, o conhecimento que é gerado pelo pesquisador.

As técnicas utilizadas foram a de pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados secundários. Em relação à pesquisa bibliográfica, ela está concentrada de acordo com o *Journal of Economic Literature* (JEL), na área de economia internacional (F), comércio (F1), geral (F10). A utilização de dados secundários na pesquisa permite realizar uma análise mais ampla de dados anteriormente coletados, que, embora não tenham sido levantados em detrimento da análise em questão, são utilizados porque são condizentes e vão ao encontro do objetivo da pesquisa.

O presente estudo é caracterizado, também, por ser de natureza aplicada, que, em conformidade com Prodanov e Freitas (2005), é caracterizada como a pesquisa que procura produzir conhecimento para que se possa aplicar práticas em direção à solução do problema específico.

3.2 VARIÁVEIS DO ESTUDO OU CATEGORIAS DE ANÁLISE

Por meio das categorias de análise, são expressas as variáveis utilizadas no estudo. Estas variáveis foram obtidas a partir de dados anuais que compreendem o período de 1996 a 2016. Desta maneira, para cada categoria, serão utilizadas as seguintes variáveis:

1. **Exportações brasileiras por fator agregado:** é uma classificação utilizada no comércio exterior brasileiro, onde as exportações do país são mensuradas de acordo com o grau de elaboração do produto. Por meio deste viés, as mercadorias são elencadas como produtos básicos e industrializados, sendo o segundo subdividido em semimanufaturados e manufaturados.
 - a) *Produtos básicos:* são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração;
 - b) *Produtos industrializados:* são os que sofreram transformação substantiva. Os produtos semimanufaturados são aqueles que ainda não estão em sua forma definitiva de uso, seja final ou intermediário, pois deverão passar por outro processo para que se transformem em produtos manufaturados.

2. **Intensidade tecnológica:** é uma classificação adotada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC que tem como base a Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas – CINI (*International Standard Industrial Classification of All Economic Activities – ISIC*), criada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que consiste na conversão de cada código do Sistema Harmonizado (SH) para um código correspondente da ISIC. Assim, as atividades econômicas são classificadas de acordo com sua intensidade tecnológica.
 - a) *Alta tecnologia:* produtos farmoquímicos e farmacêuticos, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, aeronaves;
 - b) *Média-alta tecnologia:* produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos não classificados em outro código ISIC (N.C.O.I), veículos automotores, reboques e carrocerias, veículos ferroviários e equipamentos de transporte N.C.O.I, veículos militares de combate;
 - c) *Média-baixa tecnologia:* coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, produtos de borracha e de material plástico, produtos minerais não-metálicos, metalurgia e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, embarcações navais;
 - d) *Baixa tecnologia:* alimentos, bebidas e tabaco, têxteis, couros e calçados, madeira e seus produtos, celulose, papel e impressão, móveis e outras manufaturas N.C.O.I.;

- e) *Não Classificados na Indústria de Transformação (N.C.I.T)*: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, indústrias extrativas, eletricidade e gás, produtos de outras atividades, desperdícios e não-alocados.

3.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Os dados secundários utilizados na pesquisa foram extraídos de bancos de dados disponibilizados na internet e, que, por serem de fontes confiáveis, garantem uma maior credibilidade ao trabalho. Neste sentido, informações referentes às exportações brasileiras, segundo fator agregado e intensidade tecnológica, e importações brasileiras, foram coletadas por meio da base de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC. Para o cálculo do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), foram utilizados dados de produtos selecionados a partir das exportações brasileiras por fator agregado, de acordo com o Sistema Harmonizado (SH), a quatro dígitos, extraídos da base de dados do *UN Comtrade*. Por fim, os dados referentes às exportações totais mundiais foram extraídos do banco de dados do *World Trade Organization* – WTO.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O presente trabalho utilizou a técnica de estatística descritiva simples para sumarizar, organizar e descrever os dados. A fim de identificar se alguns dos principais produtos exportados pelo Brasil, segundo fator agregado, possuem vantagem comparativa, foi utilizado o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), que, de acordo com Waquil et al. (2004), é um índice calculado para identificar se um país possui ou não possui vantagem comparativa na produção de um determinado produto comercializado em relação à sua pauta de exportações e às exportações mundiais. Esse índice é expresso da seguinte maneira:

$$IVCR_j = \frac{\left(\frac{X_{ij}}{X_i}\right)}{\left(\frac{X_{wj}}{X_w}\right)}$$

Onde

X_{ij} = valor das exportações do produto j no país i ;

X_i = valor das exportações totais do país i ;

X_{wj} = valor das exportações mundiais do produto j e,

X_w = valor das exportações totais mundiais.

O resultado obtido com o cálculo do IVCR é conseguido por meio da divisão da participação do produto j na pauta de exportação do país i pela participação do produto j nas exportações totais mundiais (WAQUIL et al., 2004). Assim, se o resultado for maior que um, significa que o país possui vantagem comparativa na exportação daquele determinado produto e, se o resultado for menor que um, indica que o país possui não possui vantagem comparativa na exportação do produto.

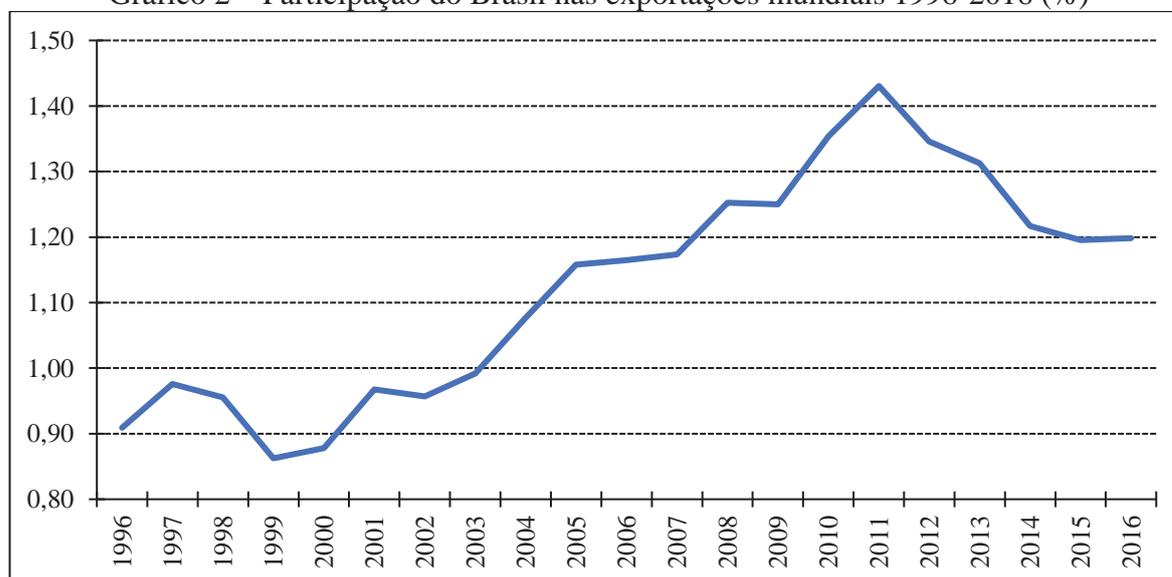
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção tem como finalidade apresentar os resultados relacionados ao objetivo proposto para o trabalho. Portanto, a partir daqui, serão analisados a evolução da balança comercial do país, suas exportações segundo fator agregado e intensidade tecnológica, os resultados obtidos a partir do cálculo do IVCR e, por fim, os principais destinos das exportações brasileiras.

4.1 EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

O grau de participação de um país nas exportações mundiais é uma variável importante para verificar tanto o desempenho dos mesmos no mercado internacional quanto de sua pauta exportadora. Ou seja, alterações nos valores do seu total exportado, tanto aumento quanto redução, serão refletidas na sua participação no mercado internacional. Neste contexto, o Gráfico 2 apresenta a participação do Brasil no comércio mundial entre 1996 e 2016.

Gráfico 2 – Participação do Brasil nas exportações mundiais 1996-2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WTO (2017).

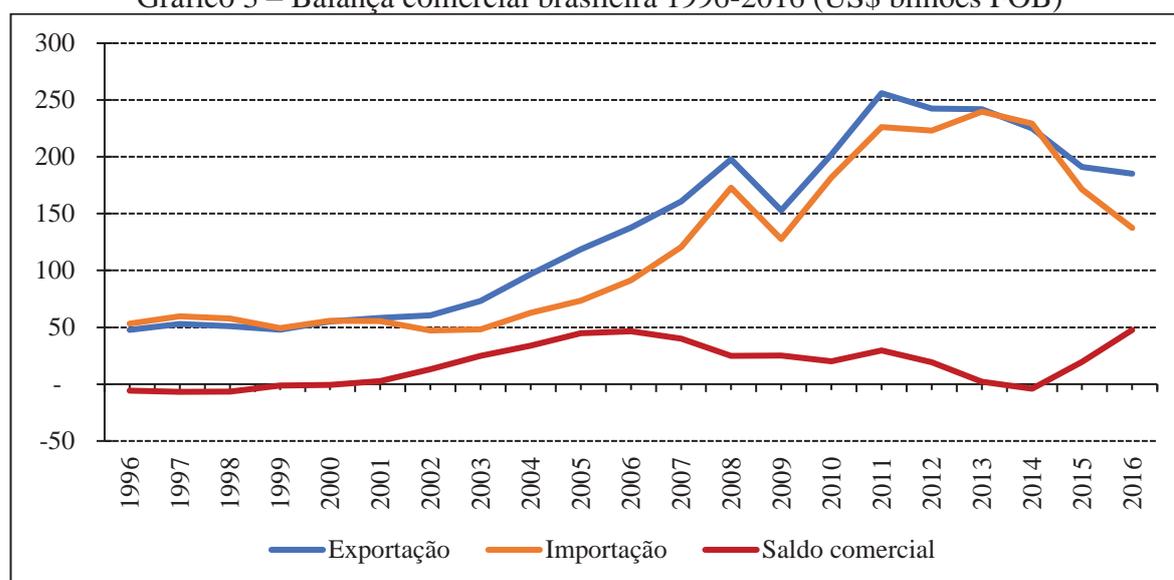
Primeiramente é possível aferir que, de acordo com o Gráfico 2, embora a atuação do Brasil no comércio mundial tenha sofrido oscilações entre 1996 e 2016, esse valor tem aumentado. Todavia, o desempenho do país ainda se mostra tímido, visto que a participação média do país nas exportações mundiais no período analisado é de 1,12%, um valor ainda insatisfatório. Enquanto, em 1996, o Brasil representava apenas 0,91% do total exportado

mundialmente, no ano de 2016, essa participação pula para 1,20%, uma variação de apenas 31%. O pico da sua atuação no comércio internacional foi em 2011, quando as exportações brasileiras representaram 1,43% do total exportado mundialmente, considerando que foi um ano positivo para as exportações do país, como pode ser observado a partir do Gráfico 3.

O país, no entanto, tem visto a sua participação no mercado internacional declinar, resultado de sucessíveis quedas no total de suas vendas externas. Gonçalves (2001) explica que “o processo de regressão da competitividade internacional do Brasil está associado à perda de competitividade internacional da indústria brasileira, bem como a uma mudança desfavorável no padrão de comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações” (p. 15).

O comércio exterior brasileiro, que compreende as exportações e importações, tem sofrido perdas significantes, principalmente após 2011, quando o país atingiu o maior patamar no período em análise. O Gráfico 3 sintetiza essas informações ao mostrar a evolução da balança comercial do país de 1996 a 2016. Pode-se verificar que, entre 1996 e 2008, ambas operações do comércio exterior do país aumentaram, evidenciando uma variação média de 8,6% nas compras externas e 12,3% nas vendas externas. Porém, verifica-se um déficit na balança comercial do país entre 1996 e 2000, momento que o país passou por mudanças em seu regime cambial. Para Kannebley Júnior (2002), essa mudança no regime cambial do Brasil, em meados de 1999, tinha como objetivo reduzir os saldos deficitários da balança, ou seja, reduzir as importações e aumentar os valores exportados pelo país. Este resultado, no entanto, só pôde ser percebido em 2001, quando a balança, enfim, apresentou superávit.

Gráfico 3 – Balança comercial brasileira 1996-2016 (US\$ bilhões FOB)



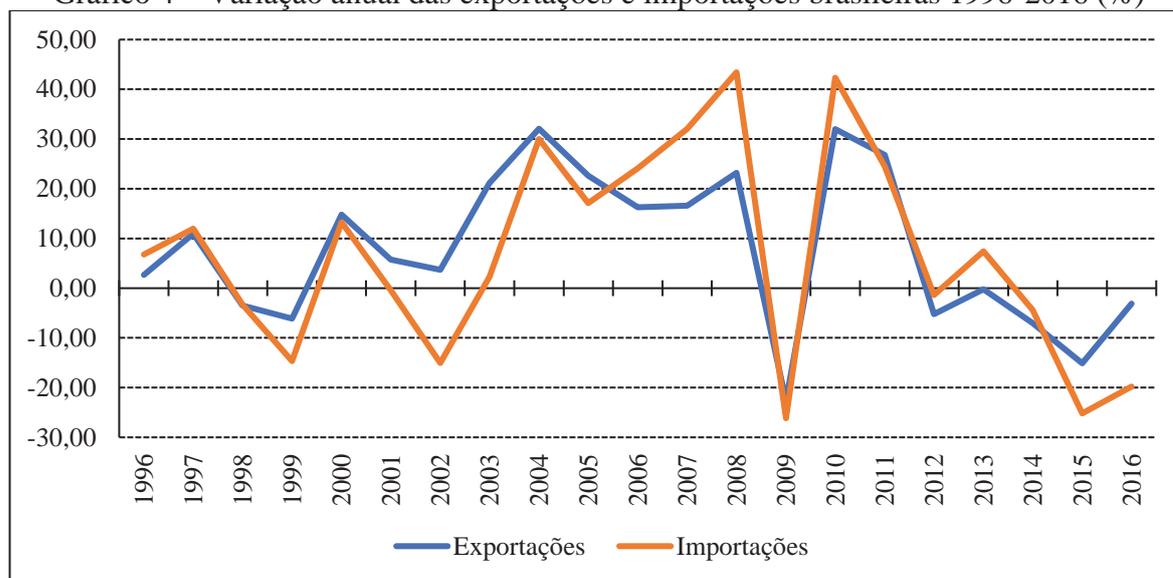
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

No que tange ao período pós-crise de 2008, enquanto, naquele ano, as exportações do país eram de US\$ 197 bilhões, em 2009, esse valor cai para US\$ 152 bilhões, uma variação negativa de 22%, como aponta o Gráfico 4. O mesmo vale para as importações, de US\$ 172 bilhões em 2008 para US\$ 127 bilhões em 2009, representando uma queda de 26%. Embora estas quedas tenham sido expressivas, o saldo da balança comercial do país não chegou a ficar deficitário. Pelo contrário, o país obteve um saldo positivo de US\$ 25 bilhões em 2009, um valor maior que em 2008, quando se registrou um saldo de US\$ 24 bilhões. Para Faveri, Resende e Cário (2016), mesmo que o real estivesse desvalorizado frente ao dólar entre 2000 e 2008, o saldo da balança comercial do país foi superavitário em virtude da ligeira recuperação da economia mundial a partir dos anos 90, em especial, pelo crescimento econômico dos Estados Unidos da América e dos países membros da União Europeia.

É possível verificar que o Brasil conseguiu alavancar os valores de sua balança comercial após 2008, chegando a exportar, em 2011, US\$ 256 bilhões e importar US\$ 226 bilhões no mesmo ano, valores recordes para o período entre 1996 e 2016, perfazendo um saldo de mais de US\$ 29 bilhões. Todavia, em 2014 o país passou a importar mais do que exportar, gerando, portanto, um saldo deficitário de mais de US\$ 4 bilhões.

A partir do Gráfico 4, pode-se verificar essa queda no ano de 2014. Enquanto o Brasil exportava US\$ 225 bilhões no ano em questão, o período posterior revelou valores na ordem de US\$ 191 bilhões, uma queda não desprezível de 15%, índices próximos aos identificados no período pós-crise. Os valores são mais significantes ao analisar o total das compras externas realizadas pelo país, de US\$ 229 bilhões em 2014 para US\$ 171 bilhões em 2015, uma variação negativa de 25%, faltando pouco para se igualar à queda ocorrida no ano de 2009.

Gráfico 4 – Variação anual das exportações e importações brasileiras 1996-2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Ao apresentar as variações percentuais do período em questão, o Gráfico 4 expõe outros decréscimos expressivos na balança comercial do país. A queda mais significativa da balança comercial brasileira foi entre 2008 e 2009, como já mencionado anteriormente. No entanto, pode-se aferir que ela sofreu inúmeras oscilações, negativas e positivas, de 1996 a 2016. O primeiro exemplo disso é em meio ao período de 1996 a 2004, quando o Brasil passou por mudanças em seu regime cambial, conforme já apontado. Enquanto as importações cresciam 12% de 1996 para 1997, as mesmas caíram 14% no período posterior, entre 1998 e 1999. Um movimento semelhante ocorre com as vendas externas, que, em velocidade menor, cresceram 10% de 1996 para 1997 e caíram 6% de 1998 para 1999. De acordo com Kannebley Júnior (2002), a desvalorização cambial do país frente ao dólar, afetou os preços das exportações brasileiras.

Cabe ressaltar que o país conseguiu alavancar suas exportações após sucessivos períodos de queda. O mesmo, porém, não vale para as importações, que voltaram a despencar entre 2001 e 2002, reduzindo em 15%. Essa queda se justifica por ocorrer no mesmo período que o país passou por uma desvalorização cambial, entre 2002 e 2003, em virtude das expectativas do mercado em torno de suas eleições presidenciais. Neste contexto, o Brasil enfrentava dificuldades tanto internas quanto externas, que impactaram em sua balança comercial.

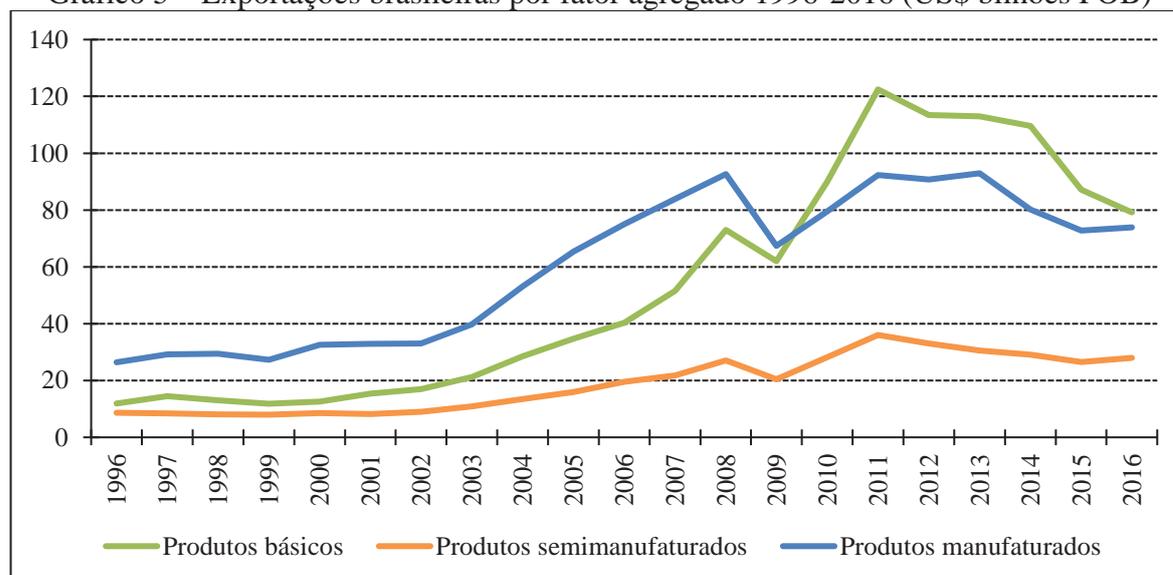
Analisando o período mais atual, é possível afirmar que o desempenho da balança comercial brasileira ainda é insatisfatório. O país não conseguiu alcançar os patamares atingidos em 2011, como mostra os Gráficos 3 e 4. Entre 2011 e 2016, o Brasil sofreu uma variação

média negativa, não desprezível, de 6%. Isso significa que as vendas do país, desde 2011, vêm sofrendo quedas relevantes, melhor dizendo, as exportações brasileiras despencaram com intensidade durante esse período. Para Yamane et al. (2017), a razão dessa estagnação nos valores exportados pelo país após 2011 é a desaceleração da economia mundial nos últimos anos. Portanto, primeiramente, observa-se um longo período de ambiente externo favorável às exportações, com o crescimento do comércio internacional e da demanda externa, principalmente por *commodities* (MEYER; PAULA, 2009), e o favorecimento do Brasil por intermédio de seus produtos. No entanto, o período posterior é marcado pela desaceleração da economia mundial, refletindo na redução abrupta da pauta exportadora do país.

4.2 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO

A fim de identificar se o Brasil vem passando por um processo de reprimarização em sua pauta exportadora, o Gráfico 5 demonstra os valores das exportações brasileiras segundo fator agregado entre 1996 e 2016. A primeira constatação observada é que, entre 1996 e 2008, as exportações de produtos manufaturados representavam um valor médio anual de US\$ 47 bilhões do total exportado pelo país, enquanto as exportações de produtos básicos tiveram uma média de apenas US\$ 26 bilhões anuais. Isso é resultado da intensa ampliação de produtos manufaturados a partir de 1980, quando os mesmos expandiram sua participação nas exportações brasileiras enquanto a de produtos básicos retraíram (KANNEBLEY JÚNIOR, 2002). Para o autor, entre os anos 80 e 90, houve uma reestruturação da pauta exportadora do país no sentido de expansão de bens manufaturados.

Gráfico 5 – Exportações brasileiras por fator agregado 1996-2016 (US\$ bilhões FOB)



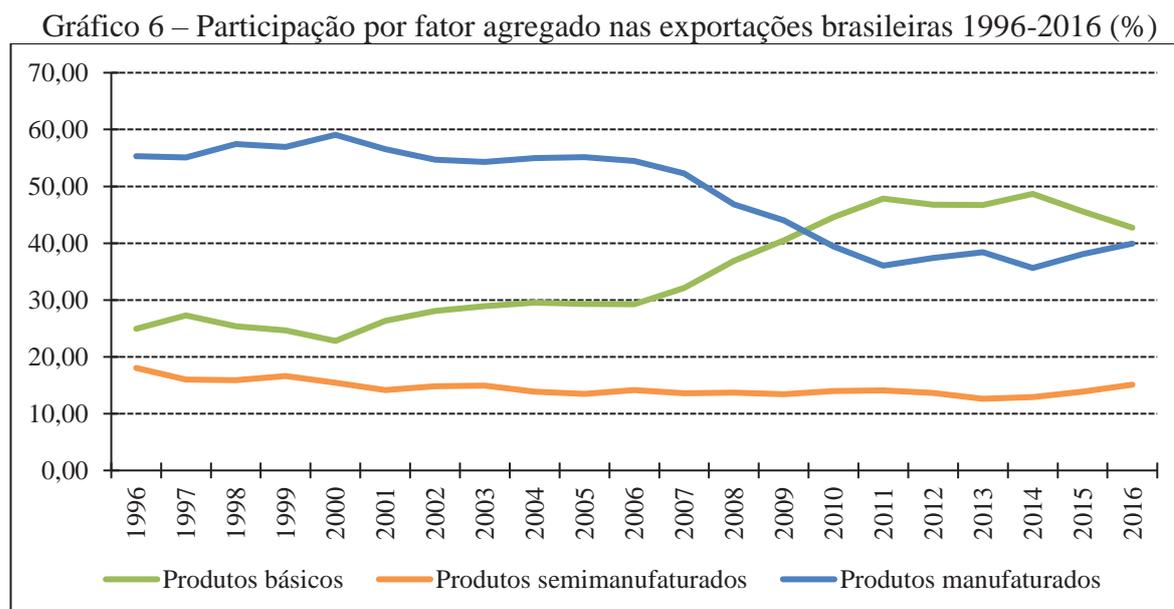
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

O Gráfico 5 mostra que, após a queda das exportações de 2008 para 2009, é possível verificar uma reversão da pauta exportadora do país, no ano de 2010, no sentido de inversão dos valores de produtos manufaturados para básicos. De 2008 para 2009, as exportações de produtos manufaturados caíram de US\$ 92 bilhões para US\$ 67 bilhões, uma variação negativa de 27%. Enquanto isso, no período posterior, as exportações de produtos básicos aumentaram de US\$ 61 bilhões, em 2009, para US\$ 90 bilhões, em 2010, um acréscimo de significantes 47%. O maior patamar atingido pelas exportações de básicos foi em 2011, quando se verificou um valor de mais de US\$ 122 bilhões contra US\$ 92 bilhões de produtos manufaturados, uma diferença de US\$ 30 bilhões. A expansão na venda externa de produtos básicos foi responsável pelo cenário positivo das exportações no mesmo ano.

Acompanhando o aumento dos produtos básicos, está a categoria de produtos semimanufaturados, que, de US\$ 27 bilhões, em 2008, pularam para US\$ 36 bilhões, em 2011. A explicação para esse elevado crescimento das exportações, tanto de produtos básicos quanto de semimanufaturados, em detrimento dos manufaturados, é a alta dos preços das *commodities* a partir de 2000.

O Gráfico 6 mostra que, as exportações de produtos manufaturados representaram, em média, 54% ao ano do total exportado pelo país entre 1996 e 2008, enquanto a participação de produtos básicos teve uma média de apenas 28% no mesmo período. Porém, ao contrário dos produtos manufaturados, que caíram gradativamente, as exportações de primários foram aumentando quase que no mesmo ritmo. Já os produtos semimanufaturados mantiveram uma participação constante, representando uma média anual de apenas 14% entre os anos avaliados.

Neste sentido, é possível verificar que as exportações de produtos básicos representavam, em 2008, 36% do total exportado, enquanto a participação dos manufaturados era de 46% e dos semimanufaturados correspondia a apenas 13%. Essa reversão se dá, mais visivelmente, a partir de 2010, quando as exportações de produtos básicos passaram a ter uma participação de 44% no total exportado contra 39% de manufaturados no mesmo ano. Ou seja, os básicos ultrapassaram a participação dos manufaturados naquele ano.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Os produtos básicos predominaram a pauta exportadora brasileira entre 2010 e 2016, tendo uma participação média anual de 46% contra 37% dos produtos manufaturados. No entanto, a participação dos produtos primários reduz de 45%, ou US\$ 87 bilhões, em 2015 para 42%, US\$ 79 bilhões, em 2016. Movimento contrário em relação às exportações de produtos manufaturados, que em 2015 participavam de 38%, ou US\$ 72 bilhões, do total exportado pelo país e aumentaram sua participação para 39%, US\$ 73 bilhões, em 2016. A explicação para esse resultado é, segundo Chiarini e Silva (2016), que grande parte das exportações de produtos manufaturados se deve ao bom desempenho da Embraer no comércio internacional.

Em síntese, de acordo com os Gráficos 5 e 6, há importantes evidências de que o país passou e vem passando por um processo de reestruturação da sua pauta exportadora, exportando mais produtos básicos, os intensivos em recursos naturais, que bens manufaturados. Essas evidências são bastante claras, principalmente a partir dos anos 2000, quando, de acordo com Silva (2014), o mercado mundial presenciou sucessíveis aumentos nos preços internacionais das *commodities* e o Brasil passou por uma apreciação cambial. Todavia, o incremento da participação de produtos básicos nas exportações brasileiras está se tornando o “motor do

crescimento econômico, papel que deveria ser da indústria” (SILVA, 2014, p. 68). Para o referido autor, a indústria é variável importante para o crescimento de um país e “especializar o Brasil em commodities é condená-lo a um baixo crescimento no longo prazo” (SILVA, 2014, p. 57).

Neste contexto, para Gonçalves (2011), em virtude do aumento demasiado das exportações de produtos básicos, é nítido que o país passa por um processo de reprimarização na sua pauta exportadora. O autor explica que ocorre um elevado crescimento, em termos relativos, das vendas de produtos primários em detrimento de produtos industrializados. Ou seja, as exportações de primários aumentaram a taxas mais elevadas que as de manufaturados. Conclui, ainda, que, dado o exposto, houve uma evolução da importância de bens intensivos em recursos naturais na pauta exportadora brasileira.

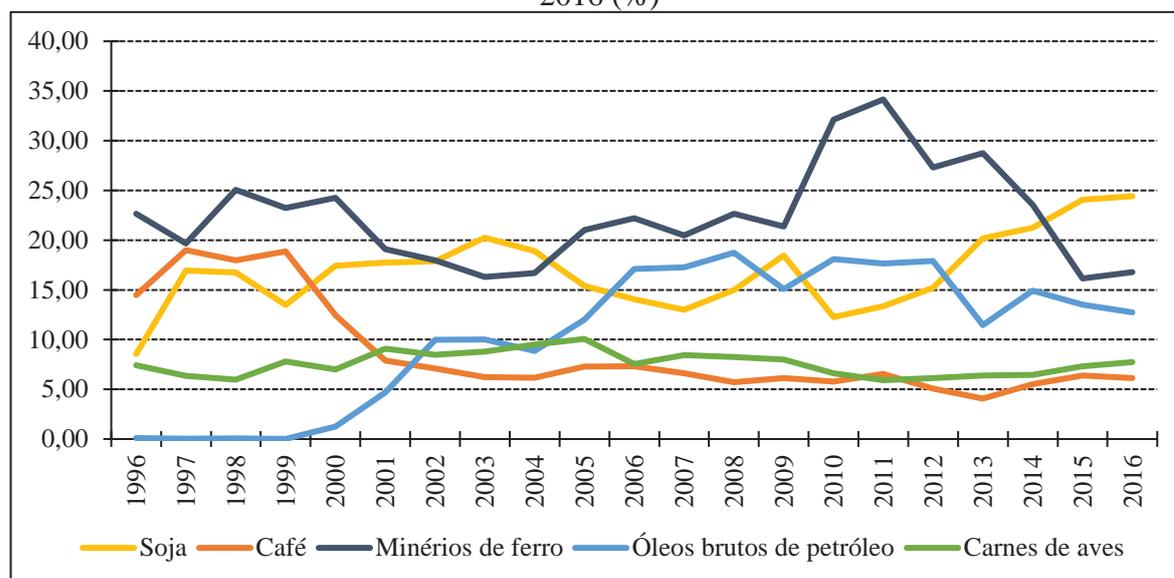
4.3 ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA

Os resultados apresentados a seguir têm como finalidade demonstrar se alguns dos produtos mais importantes que constituem a pauta exportadora do país possuem vantagem comparativa se confrontados com os valores exportados mundialmente. Desta forma, o IVCR mostra se determinados produtos ou setores exportados por um país, neste caso, o Brasil, são competitivos no comércio internacional (WAQUIL et al., 2004). Para a realização do cálculo, foram selecionados cinco produtos exportados pelo Brasil das categorias de produtos básicos (soja, carnes de aves, café, minério de ferro e óleos brutos de petróleo), semimanufaturados (açúcares, ferro fundido bruto, produtos semimanufaturados de ferro ou aço, ferro-ligas e óleo de soja) e manufaturados (dragas e guindastes flutuantes, outros veículos aéreos, tratores, pneumáticos novos e automóveis de passageiros). A escolha desses produtos deve-se à importância que eles mantêm para a economia brasileira e a pauta exportadora do país. Os resultados são evidenciados a seguir.

4.3.1 Produtos básicos

Inicialmente, o Gráfico 7 mostra a evolução da participação percentual, entre 1996 e 2016, de cinco produtos selecionados da categoria de básicos no total das exportações desse mesmo setor.

Gráfico 7 – Participação de produtos selecionados no total das exportações de básicos 1996-2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC/*UN Comtrade* (2017).

A partir do Gráfico 7 é possível verificar oscilações na participação dos cinco produtos selecionados exportados do segmento de básicos. O minério de ferro foi o produto mais presente na pauta exportadora do país durante quase vinte anos, perdendo espaço nas exportações brasileiras apenas para a soja em dois períodos: em 2003, quando esta representou 20,25% do total exportado da categoria de básicos e, recentemente, em 2015, quando a soja teve sua participação equivalente a 24%. O minério caiu de 23%, em 2014, para 16% no ano seguinte. Porém, nenhum dos cinco produtos apresentados no Gráfico 7 atingiu o mesmo patamar de participação do minério de ferro em 2011, quando este representou 34% do total de produtos exportados do setor básicos, enquanto os outros quatro produtos do mesmo setor, soja, café, óleos brutos de petróleo e carnes de aves, representaram, somados, 41%.

Outra constatação a se fazer é que, embora o café tenha tido grande importância para o Brasil no século passado, sua participação na pauta exportadora do país tem decrescido. Em 2016, com uma participação de pouco mais de 6%, o café perdeu espaço até mesmo para as carnes de aves, produto que representou mais de 7% do exportado do segmento de básicos. Tal constatação pode ser confirmada a partir da Tabela 2, que mostra a redução da vantagem comparativa do café nos períodos analisados. Ou seja, enquanto, em 1996, o IVCR do café era de 17,56, em 2016, esse valor caiu para 15,90, resultado da redução dos valores exportados do produto nos últimos anos.

Tabela 2 – Índice de vantagem comparativa revelada para produtos selecionados do setor de básicos 1996-2016

SH	PRODUTO	1996	2000	2004	2008	2012	2016
1201	Soja, mesmo triturada	10,84	27,20	32,43	24,64	24,02	29,72
0207	Carnes de aves, frescas, refrigeradas ou congeladas	9,73	12,03	23,02	22,76	19,30	21,38
0901	Café, mesmo torrado ou descafeinado	17,56	18,73	17,97	15,64	13,01	15,90
2601	Minérios de ferro e seus concentrados	32,81	37,99	26,97	19,87	18,72	15,51
2709	Óleos brutos de petróleo	0,01	0,06	0,51	0,88	1,04	2,22

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

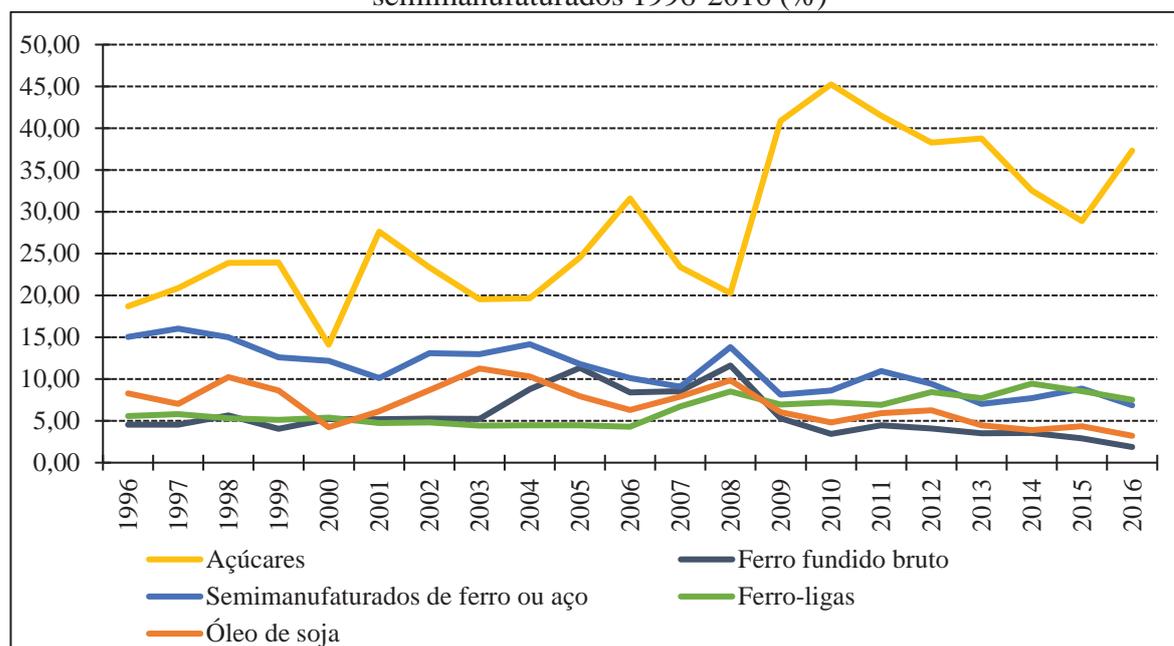
Enquanto há retração do café na pauta exportadora do país, a soja ganha espaço. Isso porque o produto apresentou crescentes valores nas vendas externas do Brasil. Em 1996, a soja detinha um índice de vantagem comparativa de apenas 10,84, passando a ter, em 2016, um IVCR de 29,72. Outra recente evolução é constatada na venda externa de carnes de aves, que ganharam o mercado mundial e representaram, em 2016, um IVCR de 21,38, uma variação positiva de 119% entre o valor de 1996 e o de 2016. Esses resultados mostram que houve ampliação da competitividade das exportações de produtos agrícolas pelo Brasil no que tange ao comércio internacional (GONÇALVES, 2001). Os óleos brutos de petróleo obtiveram vantagem comparativa apenas em 2012 e 2016, 1,04 e 2,22, respectivamente.

Em síntese, soja, carnes de aves, café e minérios de ferro apresentaram vantagem comparativa durante os seis períodos analisados e expostos na Tabela 2. Os óleos brutos de petróleo só apresentaram vantagem comparativa em dois dos seis períodos, em 2012 e 2016. Isso retrata que o Brasil possui uma maior eficiência na produção e comercialização destes bens em relação aos outros países que exportam esses mesmos produtos (WAQUIL et al., 2004).

4.3.2 Produtos semimanufaturados

No que diz respeito ao IVCR das exportações de semimanufaturados pelo país, o Gráfico 8 e a Tabela 3 sintetizam essas evidências. O Gráfico 8 apresenta a evolução da participação de cinco produtos selecionados do segmento de semimanufaturados para, posteriormente, apresentar os resultados do índice para estes produtos.

Gráfico 8 – Participação de produtos selecionados no total das exportações de semimanufaturados 1996-2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC/UN Comtrade (2017).

Ao analisar a participação dos produtos elencados no Gráfico 8, é possível constatar que o açúcar tem tido a maior participação no setor de semimanufaturados durante os vinte anos expostos, com uma participação média anual de mais de 28% entre 1996 e 2016, enquanto os outros produtos somados tiveram uma média de pouco mais de 29% no mesmo período. O açúcar foi o único produto do segmento a aumentar suas vendas externas no período pós-crise. Em 2008, o produto detinha uma participação de 20% no setor, dobrando em 2009, quando atingiu 40% do total exportado do segmento de semimanufaturados. Essa participação aumentou nos períodos posteriores e o produto passou a representar, em 2011, 45% do total exportado de produtos semimanufaturados, uma variação de 125% de 2008 para 2011.

Os produtos semimanufaturados de ferro ou aço, entre 1996 e 2016, representaram uma média anual de 11%, resultado de significantes quedas durante o período em questão. O mesmo vale para o ferro fundido bruto, que chegou a representar 11% em 2008, mas que, desde então, vem perdendo mercado.

Em virtude disso, a Tabela 3 evidencia essas informações ao mostrar o IVCR para os produtos do segmento de semimanufaturados. O açúcar, em virtude de sua participação elevada no segmento em questão, apresentou vantagem comparativa nos seis períodos expostos na referida tabela, apresentando o melhor índice em 2016, de 37,37, muito acima dos outros produtos do mesmo segmento. O crescimento elevado dos valores exportados deste produto foi responsável pelos resultados positivos do índice.

Tabela 3 – Índice de vantagem comparativa revelada para produtos selecionados do setor de semimanufaturados 1996-2016

SH	PRODUTO	1996	2000	2004	2008	2012	2016
1701	Açúcares de cana ou de beterraba	14,76	17,41	22,99	23,90	28,10	37,37
7201	Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i> (especular)	19,30	31,87	29,36	30,38	17,95	14,62
7207	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	15,17	13,77	8,58	6,54	7,28	12,00
7202	Ferro-ligas	8,01	8,51	3,67	5,17	7,12	9,61
1507	Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados	24,42	16,28	23,47	16,79	13,16	7,91

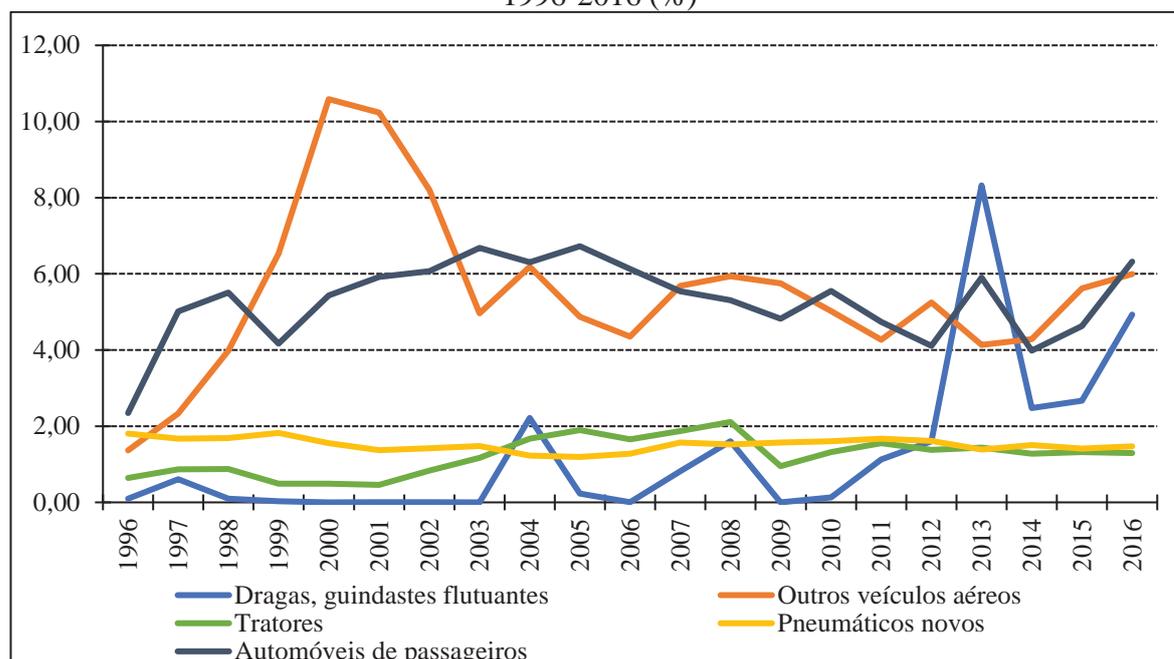
Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Vale destacar, a partir da Tabela 3, o índice do óleo de soja, que apresentou decréscimos elevados de 1996 a 2016. No primeiro ano analisado, o produto detinha um IVCR de 24,42 e, no ano de 2016, esse índice caiu para 7,91, uma variação negativa de mais de 67%. O ferro fundido teve uma vantagem comparativa média de 23,92 no período de análise, um resultado satisfatório comparado aos produtos semimanufaturados de ferro ou aço, que obtiveram uma média do índice de apenas 10,56 nos seis períodos em análise.

4.3.3 Produtos manufaturados

No que tange à participação de produtos selecionados do setor de manufaturados, o Gráfico 9 sintetiza esses valores. O primeiro destaque a ser feito é que, entre 1999 e 2002, os veículos aéreos eram responsáveis pela maior participação do segmento. No entanto, tais produtos perderam espaço nas exportações brasileiras. Isso porque, enquanto a venda externa dos mesmos caiu, a de automóveis de passageiros aumentou. Exemplo disso é visto no ano de 2016, quando a participação de veículos aéreos foi de 5,99%, contra 6,32% dos automóveis de passageiros, resultado da retração nas vendas de veículos aéreos quando comparadas ao ano de 2015.

Gráfico 9 – Participação de produtos selecionados no total das exportações de manufaturados 1996-2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC/UN Comtrade (2017).

O Gráfico 9 mostra que, os veículos aéreos e os automóveis de passageiros são produtos importantes para a composição da pauta exportadora de manufaturados, mesmo que os valores exportados dos mesmos ainda sejam baixos. Estes produtos tiveram sua participação ultrapassada em 2013, quando as dragas e guindastes representaram 8,3% do total exportado de manufaturados, resultado da crescente evolução dos valores das vendas externas dos mesmos. O incremento desses produtos na pauta exportadora do país se deve à descoberta do pré-sal e, portanto, aos investimentos no setor naval do país para extração de petróleo e, posteriormente, expansão nas exportações das plataformas de perfuração. Os pneumáticos novos ainda têm uma atuação discreta no segmento, visto que, tiveram uma participação média de 1,5% de 1996 a 2016. Não muito diferente, os tratores também não possuem uma participação alta, com uma média de 1,2% durante o período de análise.

Ao calcular o IVCR para os produtos em questão, tem-se valores ainda baixos quando comparados com o cenário internacional. Neste contexto, a Tabela 4 demonstra os resultados do índice para os cinco produtos selecionados do segmento de manufaturados.

Tabela 4 – Índice de vantagem comparativa revelada para produtos selecionados do setor de manufaturados 1996-2016

SH	PRODUTO	1996	2000	2004	2008	2012	2016
8905	Dragas, guindastes flutuantes, plataformas de perfuração ou de exploração	0,96	-	14,11	6,80	4,04	12,94
8802	Outros veículos aéreos (por exemplo, helicópteros, aviões)	0,83	5,83	3,86	3,39	3,24	2,93
8701	Tratores	0,90	1,00	2,60	2,71	1,70	1,72
4011	Pneumáticos novos, de borracha	2,25	2,46	1,69	1,77	1,23	1,31
8703	Automóveis de passageiros	0,26	0,66	0,69	0,61	0,42	0,54

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Embora os índices do setor não possuam valores tão elevados se comparados aos de produtos básicos, quatro dos cinco resultados apresentaram vantagem comparativa em algum determinado período dos seis expostos na Tabela 4. As dragas e guindastes obtiveram o melhor resultado no índice para o ano de 2016, com um IVCR de 12,94, valor consideravelmente alto. O índice de veículos aéreos, que, em 2000, era de 5,83, caiu para 2,93 em 2016. O resultado dos índices para tratores e pneumáticos novos são alinhados com as da participação dos mesmos na pauta de exportação de manufaturados. Uma constatação importante a se fazer é que, embora os automóveis de passageiros sejam relevantes para o setor, como evidenciado anteriormente, tais produtos não possuem vantagem comparativa se confrontados com os valores exportados mundialmente.

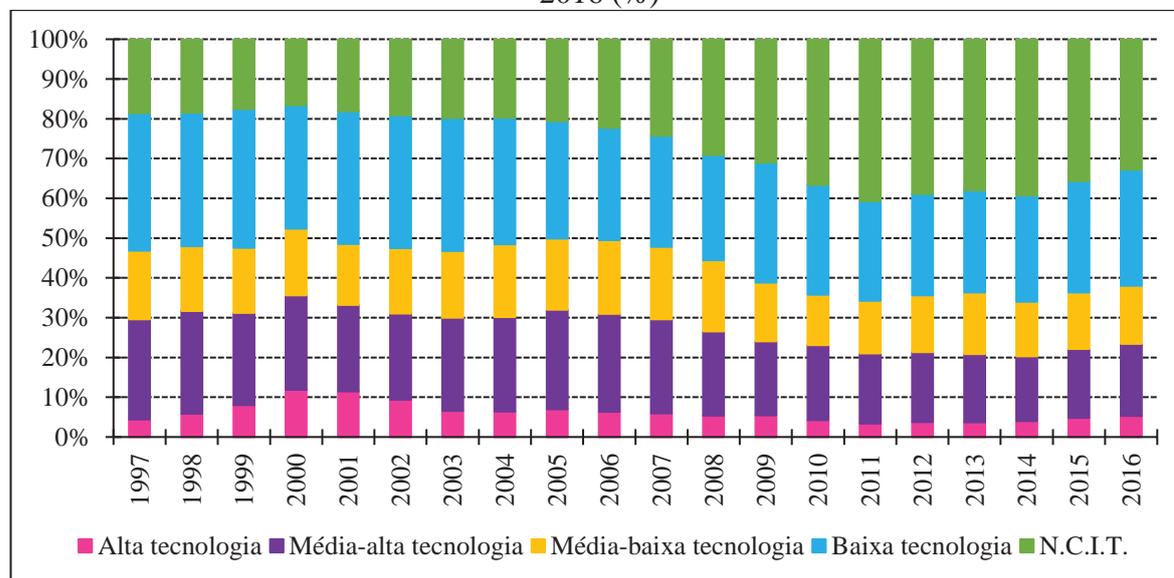
No apanhado geral, o Brasil mostrou valores consideravelmente satisfatórios no Índice de Vantagem Comparativa Revelada nos três segmentos analisados durante a presente seção. No entanto, os maiores valores do índice ainda são de produtos do setor de básicos e semimanufaturados, os produtos intensivos em recursos naturais, o que mostra que o país ainda não possui um setor industrial desenvolvido se considerarmos o mesmo no comércio internacional.

4.4 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA

As exportações segundo intensidade tecnológica mostram o grau de tecnologia empregado aos produtos vendidos externamente pelo país. Ou seja, aponta se os produtos que estão sendo exportados são de maior valor agregado ou se são mais intensivos em recursos

naturais. Neste contexto, o Gráfico 10 apresenta a evolução da participação de produtos segundo intensidade tecnológica no total exportado pelo país no período de 1997 a 2016.

Gráfico 10 – Participação nas exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (%)



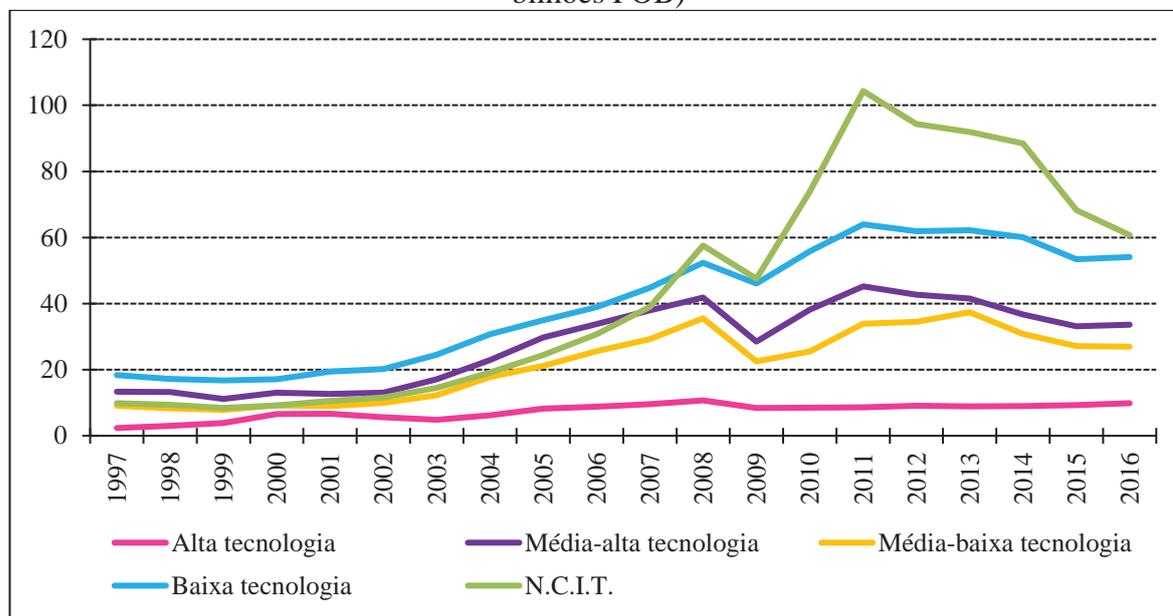
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Primeiramente, é possível aferir que os produtos industrializados têm perdido espaço nas exportações brasileiras, uma vez que as exportações de primários cresceram mais rapidamente durante o espaço de tempo em questão. A primeira constatação disto é que, em 1997, a categoria de produtos de alta tecnologia representava uma participação de apenas 4% no total exportado pelo país e, em 2000, as exportações destes bens registraram seu maior ápice durante o período analisado, 11,89%, um valor consideravelmente baixo, visto que, a participação dessa categoria ainda é muito discreta e insatisfatória. Neste contexto, Chiarini e Silva (2016) explicam que as exportações de produtos com alto conteúdo tecnológico se devem à aviação civil. Os autores acrescentam que, embora a participação de produtos de alta tecnologia ainda seja pequena, ela é, basicamente, alavancada pela Embraer. Seguindo a análise da categoria de alta tecnologia, é possível verificar que estes produtos perderam muito dinamismo na pauta exportadora do país, chegando a representar uma participação de pouco mais de 5% em 2016, enquanto as de produtos primários (N.C.I.T.) foram equivalentes a 32% no mesmo ano. As categorias de média-baixa e média-alta tecnologia representaram uma participação média, entre 1997 e 2016, de 15% e 21%, respectivamente.

Desta maneira, o que se verifica é que os produtos menos intensivos em tecnologia foram os mais exportados pelo país durante o período estudado. Esse resultado pode ser visto

durante o exame dos valores exportados dos produtos segundo intensidade tecnológica, como mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

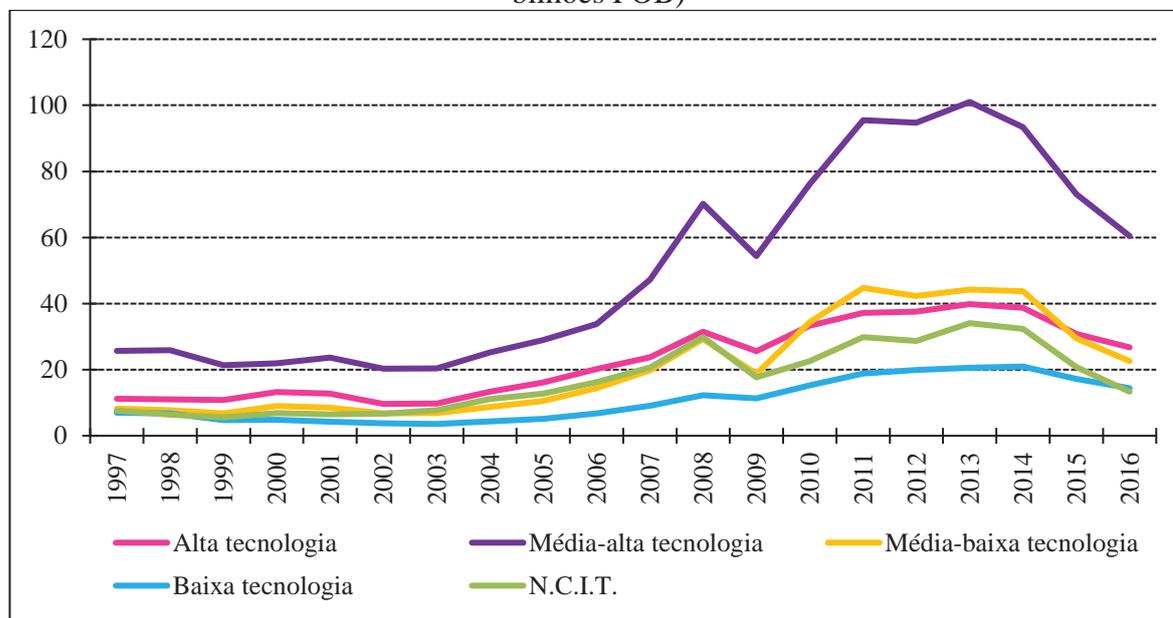
O que se observa é que as exportações de produtos primários, os produtos não classificados na indústria de transformação, aumentaram em um ritmo mais acelerado que as outras categorias. Em 1997, essa categoria representava 18%, ou US\$ 9 bilhões do total exportado, conforme mostra o Gráfico 11, passando a ter uma participação, em 2016, de 32%, US\$ 60 bilhões, um aumento bastante significativo.

Já a categoria de produtos de baixa tecnologia registrava, em 1997, uma participação de 34%, que, em 2016, foi retraída para 29%. Mesmo que a sua atuação tenha decaído, as exportações dessa categoria foram responsáveis pela maior participação na pauta exportadora durante onze anos, mais especificamente de 1997 a 2007. Os produtos de baixa tecnologia perderam a posição em detrimento dos produtos N.C.I.T., os produtos que envolvem menos tecnologia e são mais intensivos em recursos naturais, que tiveram suas exportações intensificadas a partir de 2009.

Neste contexto, se observa que o crescimento das classes de produtos menos intensivos em tecnologia é mais evidente no período pós-crise, principalmente para a categoria de produtos primários, quando o país aumentou suas vendas externas para o mercado chinês, elevando suas exportações, de US\$ 73 bilhões, em 2009, para US\$ 104 bilhões, em 2011. Assim, em 2011, os produtos não classificados na indústria de transformação representaram 40% do total exportado

pelo país, maior patamar observado no período em análise. Esse resultado se deve ao aumento da demanda da economia chinesa por *commodities* brasileiras.

Gráfico 12 – Importações brasileiras segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (US\$ bilhões FOB)

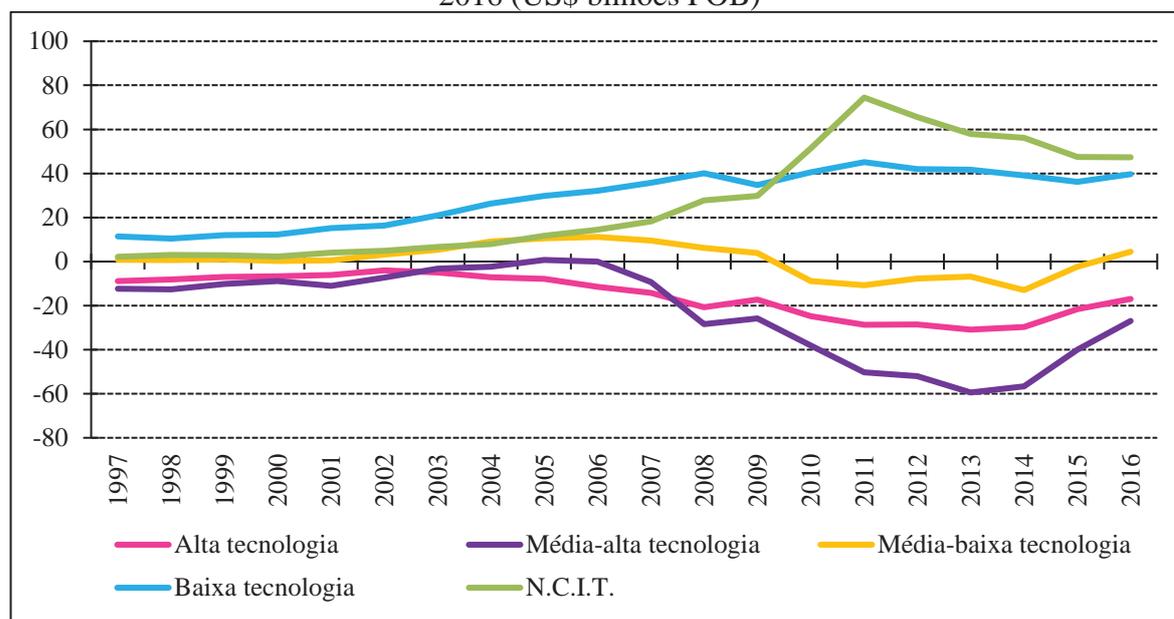


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Ao contrário dos elevados valores das exportações de produtos primários, os produtos mais importados pelo país são os de média-alta tecnologia, podendo ser evidenciado a partir do Gráfico 12. Em 2013, estes produtos registraram um valor de US\$ 101 bilhões, maior patamar atingido entre 1997 e 2016. Secundariamente, estão os produtos de média-baixa tecnologia, que em 2011, ultrapassaram os valores dos bens de alta tecnologia. Foram importados US\$ 37 bilhões de produtos de alta tecnologia contra US\$ 44 bilhões de produtos de média-baixa tecnologia. Isso demonstra como o Brasil ainda é dependente das importações de produtos industrializados, visto que, a sua indústria não está sendo capaz de gerar divisas por meio da exportação, o que acarreta um saldo deficitário nesta categoria, como será mostrado a seguir.

Com base nas constatações feitas, o Gráfico 13 apresenta o saldo comercial de produtos segundo intensidade tecnológica. Pode-se verificar que as categorias que apresentam saldo deficitário são as de produtos mais intensivos em tecnologia. Isso significa dizer que o Brasil está importando um valor mais alto de produtos com alto conteúdo tecnológico que exportando.

Gráfico 13 – Saldo comercial da balança de produtos segundo intensidade tecnológica 1997-2016 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Mediante o Gráfico 13, é possível verificar que a balança comercial que possui o saldo mais deficitário é a de produtos de alta tecnologia, que registrou sucessivos saldos negativos entre 1997 e 2016, resultado do desempenho insatisfatório que estes produtos têm na pauta exportadora do país e, conseqüentemente, a crescente compra externa destes produtos pelo país. Não obstante, a balança de produtos de média-alta tecnologia também apresenta significantes déficits, melhor dizendo, durante oito anos, de 1997 a 2004, a balança se manteve deficitária e, mesmo apresentando um saldo positivo em 2005 e 2006, voltou a apresentar déficits até então.

As balanças que apresentam superávits significantes são as de produtos básicos, ou N.C.I.T., juntamente com a da classe de produtos de baixa tecnologia. Ambas apresentaram superávit durante todo o período exposto no Gráfico 13. Isso é reflexo do aumento das exportações de produtos primários pelo país, que passou a produzir mais bens dessa classe e reduziu suas compras externas deste setor.

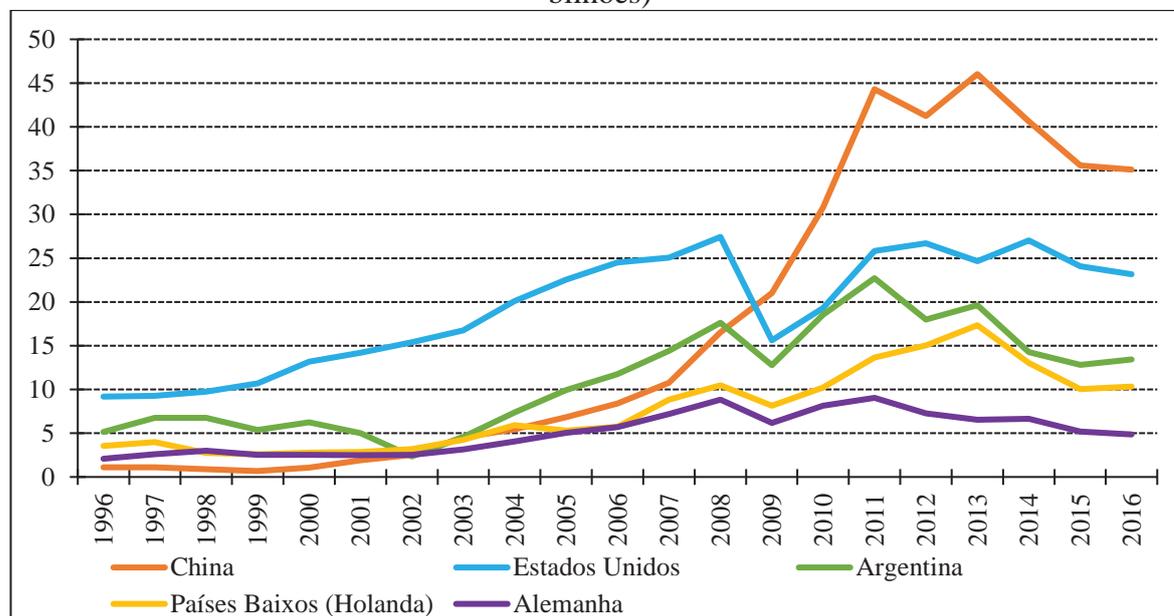
Em resumo, o que pôde ser evidenciado até aqui é que o país está exportando mais produtos intensivos em recursos naturais que em tecnologia e, conseqüentemente, importando estes produtos intensivos em tecnologia. Para Hidalgo e Feistel (2013), a mudança na composição da estrutura do comércio exterior brasileiro, voltada basicamente à exportação de bens primários, não é um processo recente. Os autores explicam que é algo que ocorre a um longo período e é resultado, principalmente, da utilização, por parte do país, de suas vantagens comparativas em termos de comércio internacional.

No entanto, dado este cenário, a problemática em torno das exportações de bens intensivos em recursos naturais, para Carvalho e Carvalho (2011), é que “o Brasil também precisa gerar dólares não apenas por meio das exportações de *commodities*, mas também, e principalmente, via o aumento de suas exportações de produtos industriais competitivos e de alto valor agregado” (p. 36). Isso porque, uma pauta exportadora voltada a produtos intensivos em tecnologia contribui para elevados níveis de crescimento de um país, uma vez que estes produtos possuem um maior dinamismo em termos de inovação e maiores ganhos de produtividade frente às *commodities* (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013).

4.5 PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Até aqui foram apresentados dados referentes à pauta exportadora do país, mostrando quais produtos e segmentos são vendidos externamente. A última análise refere-se aos principais destinos dessas vendas. Desta maneira, o Gráfico 14 evidencia a evolução do destino das exportações do país para alguns dos principais compradores dos produtos brasileiros.

Gráfico 14 – Destino das exportações brasileiras para países selecionados 1996-2016 (US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

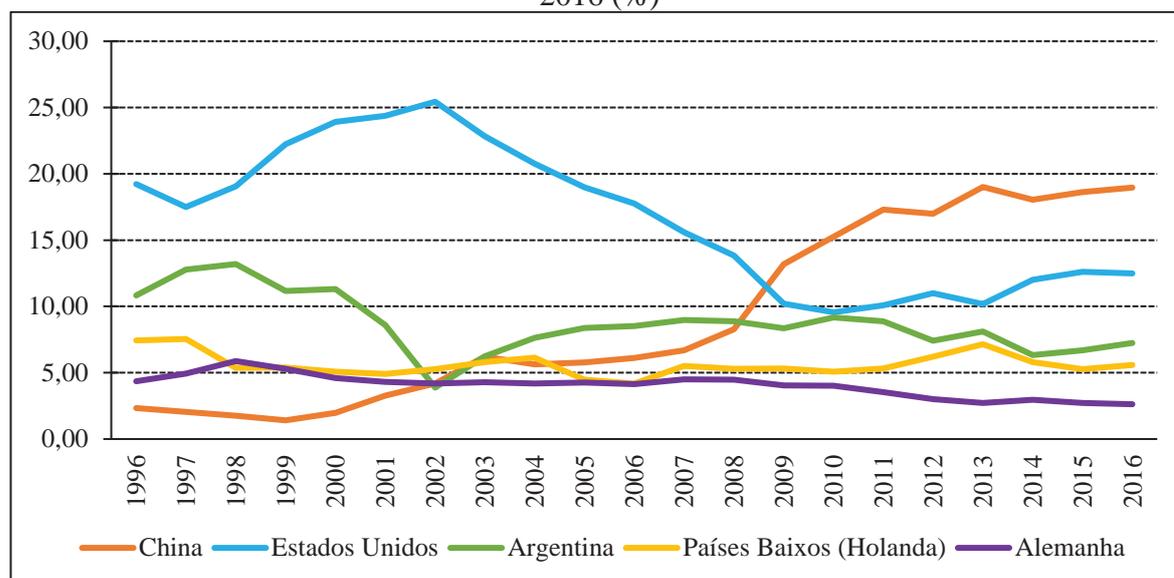
A reprimarização da pauta exportadora brasileira alterou o destino das vendas externas do país. De acordo com o Gráfico 14, é possível verificar uma reversão, em 2009, das exportações do Brasil, que antes tinham como principal destino os Estados Unidos, perdendo, então, o posto para a China. As exportações para os Estados Unidos caíram de US\$ 27 bilhões,

em 2008, para US\$ 15 bilhões, em 2009, uma variação negativa de 44%. Enquanto isso, as exportações para a China subiram de US\$ 17 bilhões para US\$ 30 bilhões, no mesmo período, uma variação positiva de mais de 76%.

Cabe destacar que a Argentina vem se tornando um importante parceiro comercial do país, ainda que em um ritmo mais lento que o mercado chinês. Embora sua participação nas exportações do país tenha sofrido algumas oscilações entre 1996 e 2016, as vendas para o país em questão aumentaram de US\$ 5 bilhões, em 1996, para US\$ 7 bilhões, em 2004, US\$ 17 bilhões, em 2008, e US\$ 22 bilhões, em 2011, um aumento muito significativo. No entanto, desde então, podem ser observadas sucessivas quedas no total exportado para este país. Em 2016, a participação da Argentina nas exportações brasileiras foi de apenas 7%, um valor extremamente baixo se comparado ao percentual registrado em 1998, quando o mesmo país detinha uma participação de 13% nas exportações brasileiras, ficando para trás apenas dos Estados Unidos, como mostra o Gráfico 15.

Como demonstrado anteriormente, os Estados Unidos perderam o posto de maior importador de produtos brasileiros para a China. No Gráfico 15, é possível verificar a drástica queda do país americano nas exportações brasileiras, principalmente entre 2002 e 2009. Enquanto, em 2002, o país detinha uma participação de 25% no total exportado, em 2009, essa participação cai para apenas 10%, uma variação negativa de 60%. Ao mesmo tempo que as exportações caem no referido país, a China eleva sua relação comercial com o Brasil e passa a ter uma participação de 8%, em 2008, para 13%, em 2009, assumindo, desde então, a posição de parceiro comercial mais importante para o Brasil.

Gráfico 15 – Participação de países selecionados no destino das exportações brasileiras 1996-2016 (%)

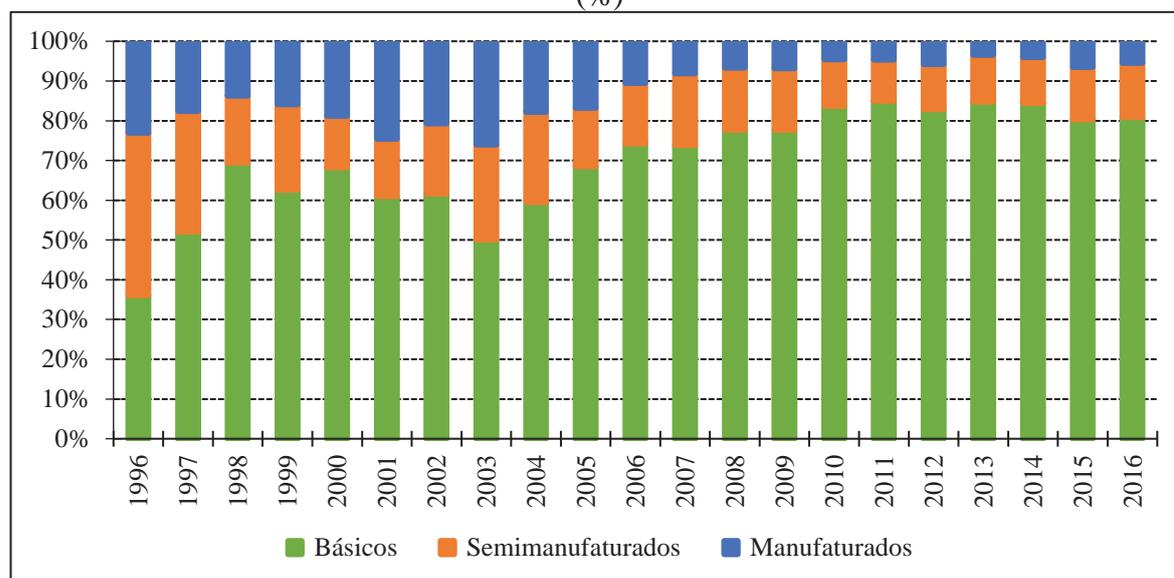


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Em síntese, o Gráfico 15 mostra a relação inversa da participação da China e dos Estados Unidos. Enquanto há um incremento do mercado chinês no comércio brasileiro, há uma drástica redução do mercado americano na relação comercial com o Brasil. Países como Holanda e Alemanha são os outros dois parceiros comerciais mais importantes para o país. Embora suas participações ainda sejam discretas, os mesmos compõem os cinco maiores importadores de produtos brasileiros.

Em virtude do aumento das exportações brasileiras com destino à China, o Gráfico 16 apresenta a participação de produtos por fator agregado para o referido país de 1996 a 2016. Primeiramente, pode-se aferir que as exportações de básicos tiveram elevados crescimentos durante o período avaliado. Apenas em 1996 o setor de semimanufaturados obteve participação maior que a de produtos básicos, quando representou 40% do exportado para o país contra 36% do setor de básicos. A partir de então, os produtos básicos têm sido a categoria mais importante no que diz respeito às exportações ao mercado chinês, resultado da alta demanda da China por *commodities* brasileiras, especialmente soja e minério de ferro.

Gráfico 16 – Participação das exportações do Brasil para China por fator agregado 1996-2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2017).

Neste contexto, a reprimarização da pauta exportadora brasileira fica ainda mais evidente ao avaliar as exportações por fator agregado para o principal país importador de produtos do Brasil. Ou seja, é possível identificar, por intermédio do Gráfico 16, que o principal segmento de produtos vendidos ao mercado chinês é o de produtos básicos, que deteve uma participação média de 70%, contra 17% dos produtos semimanufaturados e 12% de manufaturados.

Como já apresentado anteriormente, o ano de 2011 foi muito importante para as exportações brasileiras, quando o Brasil totalizou um valor exportado de US\$ 256 bilhões. Deste total, US\$ 44 bilhões foram exportados para a China e, como mostra o Gráfico 16, 84% do total vendido ao mercado chinês, no ano de 2011, era equivalente a produtos básicos. Esses valores fizeram com que o país se firmasse como principal parceiro comercial do Brasil nos anos seguintes, o que ainda é visto atualmente.

Em suma, verifica-se que, em virtude do processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira apresentada ao decorrer deste trabalho, a China se tornou o principal demandante dos produtos do país, principalmente *commodities*, segundo dados expostos nos Gráficos 14, 15 e 16. Dado este cenário, grande parte dos produtos básicos produzidos no Brasil, como soja e minério de ferro, são exportados para a China. Neste contexto, juntamente com a expansão da exportação de produtos primários pelo Brasil, ocorre, também, uma mudança em relação aos seus fluxos comerciais, conforme apontado anteriormente, quando houve uma expansão das relações comerciais entre Brasil e China (HIDALGO; FEISTEL, 2013).

Durante a presente seção, foi possível concluir que o Brasil vem passando por um processo de reprimarização em sua pauta exportadora. As evidências acerca das exportações por fator agregado e intensidade tecnológica apontam para a ocorrência desse fenômeno no país e, conseqüentemente, o Índice de Vantagem Comparativa Revelada é mais elevado quando calculado para produtos primários. Estes resultados vão ao encontro de evidências empíricas já encontradas por autores como Benetti (2006), Carvalho e Carvalho (2011), Cunha et al. (2011), Gonçalves (2011), Silva (2014) e Feistel, Hidalgo e Zuchetto (2015).

Ao analisar as exportações por fator agregado, Benetti (2006), Carvalho e Carvalho (2011), Gonçalves (2011) e Silva (2014) reconhecem que, houve um aumento de produtos básicos em detrimento dos manufaturados. Segundo os autores, ocorreram reduções significativas na participação de industrializados em relação aos primários, que cresceram a partir de um cenário mais favorável, como o aumento dos preços internacionais das *commodities*, efeito-China e apreciação cambial, sendo esta última, uma das responsáveis pela perda da competitividade do setor industrial brasileiro. Assim, Feistel, Hidalgo e Zuchetto (2015) indicam a existência de um processo de primarização das exportações brasileiras tendo como destino a China. Ou seja, como resultado das mudanças estruturais ocorridas nas exportações brasileiras, tem-se que o país passou a exportar mais *commodities* ao mercado chinês.

Por fim, Cunha et al. (2011), em seu estudo, avaliaram as exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica e encontraram demonstrações da ocorrência de reprimarização ao observar que as exportações de produtos intensivos em recursos naturais aumentaram em uma maior proporção que os produtos mais sofisticados em tecnologia. Para os autores, os produtos intensivos em recursos naturais apresentaram um crescimento mais elevado em sua competitividade em termos de comércio internacional, enquanto os produtos intensivos em tecnologia andaram no sentido contrário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conjuntura global pautada pelo crescimento acelerado da economia chinesa e *boom* dos preços das *commodities* a partir de 2000 foram determinantes para o incremento dos produtos primários nas exportações brasileiras. Neste contexto, o objetivo central deste trabalho foi investigar a ocorrência do processo de reprimarização na pauta exportadora do país, entre 1996 e 2016, mas principalmente durante o século XXI. Para tanto, foram analisados dados gerais das exportações do país, como evolução da balança comercial do país e a sua participação no comércio internacional, e dados individuais, como representatividade de produtos por fator agregado e intensidade tecnológica.

Em meio ao tempo definido para análise, que foi entre os anos 1996 e 2016, foi possível constatar que, no que tange à balança comercial brasileira, entre 1996 e 2000, houve a ocorrência de sucessíveis déficits em seu saldo comercial. Após esse período, as exportações aumentaram em um ritmo mais acelerado que as importações, refletindo em expressivos saldos superavitários na sua balança comercial. Tem-se, então, a partir de 2001, um aumento significativo das exportações brasileiras, estendido até 2011, quando, durante o período avaliado, o país atingiu o maior patamar de suas vendas externas. Após 2011, todavia, o Brasil presenciou uma redução abrupta dos seus valores exportados, uma variação negativa de 6% entre 2011 e 2016. Esse contexto impacta na atuação do país no comércio internacional, que configurou uma participação média de apenas 1,12% de 1996 a 2016.

Ao analisar as exportações brasileiras segundo fator agregado, verifica-se que os produtos primários intensificaram sua participação na pauta exportadora do país. Em contrapartida, durante o espaço de tempo estudado, houve redução dos manufaturados. Embora as exportações de básicos e manufaturados tenham crescido quase no mesmo ritmo, nota-se um aumento mais acentuado das exportações de primários em detrimento dos industrializados. Em 2010, ocorre, efetivamente, a reversão da pauta exportadora a caminho de um processo de reprimarização, quando, a partir daquele ano e até 2016, os produtos básicos tiveram uma participação média de 46% e os semimanufaturados 13%, contra 37% de manufaturados.

Mediante o cálculo do Índice de Vantagem Comparativa Revelada foi possível verificar que os resultados do índice são mais elevados para os produtos básicos, como soja e minério de ferro, e semimanufaturados, os açúcares e ferro fundido. Os cinco produtos do segmento de básicos e semimanufaturados que foram submetidos ao cálculo apresentaram vantagem comparativa para todo o período em análise, com exceção dos óleos brutos de petróleo, que apresentaram IVCR acima de um apenas em 2012 e 2016. Por outro lado, os manufaturados

apresentaram um resultado insatisfatório e, o baixo índice deste segmento se dá em virtude dos baixos valores exportados dos produtos examinados. Entre os cinco produtos manufaturados calculados o IVCR, apenas os automóveis de passageiros não obtiveram vantagem comparativa. Embora os veículos aéreos possuam vantagem comparativa, estes, também não apresentaram valores tão altos, mesmo que os setores aéreo e automotivo constituam uma importante posição na pauta dos manufaturados.

No que diz respeito às exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica, verifica-se que os produtos de baixa tecnologia e os não classificados na indústria de transformação dominaram a pauta exportadora por dezenove anos, de 1997 a 2016. Os produtos primários, ou N.C.I.T., ultrapassaram as exportações dos bens de baixa tecnologia em 2008 e, desde então, configuram uma maior participação nas exportações brasileiras. Observa-se, portanto, uma participação discreta nas exportações de produtos de alta tecnologia, e, basicamente, os valores exportados desse segmento são alavancados pela Embraer. Como resultado do baixo desempenho dos produtos mais intensivos em tecnologia, constatou-se um saldo comercial deficitário na balança desses bens. Ou seja, em virtude dos baixos valores exportados, o país passou a importar mais produtos deste segmento.

Por fim, foi possível identificar uma reversão nos fluxos comerciais do país. Enquanto, entre 1996 e 2009, o principal destino das exportações brasileiras foram os Estados Unidos da América, os anos posteriores foram marcados pelo incremento da China como maior demandante dos produtos brasileiros. O principal segmento exportado para o mercado chinês é compreendido pelos produtos básicos, especialmente soja e minério de ferro.

Em suma, a investigação realizada neste estudo mostra que o Brasil intensificou gradativamente as exportações de produtos primários entre 1996 e 2016. Esse incremento foi ainda mais visível após o *boom* dos preços internacionais das *commodities* e o efeito-China no mercado global, solidificando, portanto, um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, principalmente após 2010. Entretanto, a dependência do Brasil de uma conjuntura global positiva para o desempenho de suas exportações pode trazer fragilidades e graves consequências ao país, que fica à *mercê* de fatores externos para garantir saldos superavitários em sua balança comercial.

REFERÊNCIAS

- ARENDA, Marcelo; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Brasil (1995-2005): 25 anos de *catching up*, 25 anos de *falling behind*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 1 (126), p. 33-54, jan./mar. 2012.
- BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; GOMES, Jéssica Eluar. Modificações na estrutura das exportações brasileiras: análise diferencial-estrutural para o período de 1997 a 2009. **Revista Heera**, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p. 111-132, jul./dez. 2011.
- BATISTA, Jorge Chami; SANTOS, Wilson Calmon Almeida dos. A industrialização da pauta de exportação brasileira entre 1964-1974: novos dados e índices para o comércio exterior brasileiro no período. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 2 (106), p. 184-192, abr./jun. 2007.
- BENETTI, Maria Domingues. *Boom* exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro?. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-88, jul. 2006.
- BITTENCOURT, Geraldo Moreira; CAMPOS, Antônio Carvalho. Determinantes das exportações agropecuárias brasileiras e sua relação com o investimento direto estrangeiro. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 32, n. 62, p. 155-176, set. 2014.
- BURLE, Lauro Lobo. Preços externos e exportação de manufaturados: um estudo dos principais produtos. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 39-49, nov. 1990.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. esp., p. 831-851, dez. 2012.
- CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 35-64, jul./dez. 2011.
- CHIARINI, Tulio; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Comércio exterior brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos setores industriais: uma nota sobre as décadas de 1990 e 2000. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1007-1051, 2016.
- CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flavio Bevenett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 3 (132), p. 463-485, jul./set. 2013.
- CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; SANTOS, Clara do Carmo Rios dos; PRATES, Daniela Magalhães. A intensidade tecnológica das exportações brasileiras no ciclo recente de alta nos preços das *commodities*. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 47-70, 2012.

DÁVILA-FERNÁNDEZ, Marwil Jhonatan. Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma *política industrial base* no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3 (140), p. 576-600, jul./set. 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./abr. e maio/ago. 2010.

FAVERI, Dinorá Baldo de; RESENDE, Max Cardoso de; CÁRIO, Silvio Ferraz. A “primarização” da pauta exportadora e a questão da doença holandesa: análise dos impactos da crise financeira de 2008 sobre as exportações brasileiras. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 43, n. 3 (ano 40), p. 1-20, set./dez. 2016.

FEISTEL, Paulo Ricardo; HIDALGO, Álvaro Barrantes; ZUCHETTO, Fernando Bittencourt. Determinantes do intercâmbio comercial de produtos agrícolas entre Brasil e China: o caso da soja. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 33, n. 63, p. 63-89, mar. 2015.

FÓRUM DE ECONOMIA MUNDIAL. **The Global Competitiveness Report**. Genève, 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2016-2017-1>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GONÇALVES, José Sidnei. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 1-7, dez. 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. esp., p. 1-19, 2001.

HIDALGO, Álvaro Barrantes; FEISTEL, Paulo Ricardo. Mudanças na estrutura do comércio exterior brasileiro: uma análise sob a ótica da Teoria de Heckscher-Ohlin. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 79-108, jan./mar. 2013.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 1 (146), p. 189-207, jan./mar. 2017.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio. Desempenho exportador brasileiro recente e taxa de câmbio real: uma análise setorial. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 429-456, jul./set. 2002.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. esp., p. 853-888, dez. 2012.

MEYER, Tiago Rinaldi; PAULA, Luiz Fernando de. Taxa de câmbio, exportações e balança comercial no Brasil: uma análise do período 1999-2006. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 27, n. 51, p. 187-219, mar. 2009.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Estatísticas de Comércio Exterior. Dados. **Séries Históricas**. Brasília: MDIC, 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 02 out. 2017.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1 (109), p. 72-96, jan./mar. 2008.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr./jun. 2010.

PEROBELLI, Fernando Salgueiro; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; OLIVEIRA, Juliana Carreiro de. Avaliação sistêmica do setor industrial brasileiro: 1995-2009. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 125-152, jan./mar. 2017.

PRATES, Daniela; MARÇAL, Emerson Fernandes. O papel do ciclo de preços das *commodities* no desempenho recente das exportações brasileiras. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p. 163-191, mar. 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, 2009. 288 p.

SILVA, José Alderir. A questão da desindustrialização no Brasil. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45-75, jan./mar. 2014.

SONAGLIO, Cláudia Maria. Fatos sobre a possível desindustrialização no Brasil: mudança conjuntural ou estrutural?. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 61-70, jan./mar. 2011.

SOUZA, Túllio Assis; VERÍSSIMO, Michele Polline. O papel das *commodities* para o desempenho exportador brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94, 2013.

UN COMTRADE. International Trade Statistics Database. **Download trade data**. New York: UN COMTRADE, 2017. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data>>. Acesso em: 02 out. 2017.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 1 (130), p. 82-101, jan./mar. 2013.

VIEIRA, Wilson da Cruz. Uma análise dos efeitos econômicos de estratégias de promoção de exportações. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 14, n. 25-26, p. 52-62, mar./set. 1996.

WAQUIL, Paulo Dabdab; ALVIM, Augusto Mussi; SILVA, Leonardo X.; TRAPP, Glaucilene Pedroso. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Europeia. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 137-160, 2004.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statistics database. **Time Series on international trade**. Genève: WTO, 2017. Disponível em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: 02 out. 2017.

YAMANE, Daniela Fernanda; SILVA, Danielle de Jesus; SOUSA, Graciele de Fátima; HIRATUKA, Célio. Avaliação da inserção do Brasil no comércio internacional por intensidade tecnológica por meio de análise de redes. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. 67, p. 193-235, mar. 2017.